

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O VERBO TRANSITIVO NÃO-ATIVO

MARLENE CAPISTRANO

FLORIANÓPOLIS

1986

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS

O VERBO TRANSITIVO NÃO-ATIVO

Marlene Capistrano

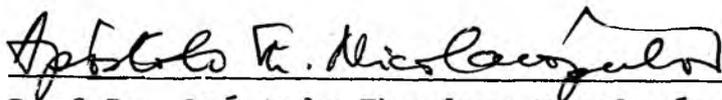
Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Orientador

Dissertação para a obtenção do grau de Mestre em Letras - Opção
Linguística Aplicada ao Português.

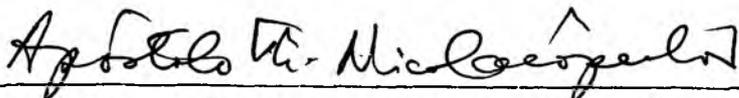
FLORIANÓPOLIS

1986

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do grau de Mestre em Letras - Opção Linguística Aplicada ao Português - e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação.

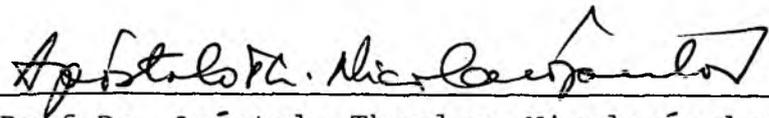


Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Coordenador do Curso

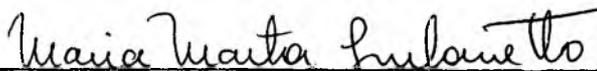


Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos
Orientador

Apresentada perante a Banca Examinadora composta pelos professores:



Prof. Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos



Profª Drª Maria Marta Furlanetto



Prof. M. A. Felício Wessling Margotti

A meus pais Joselino e Irma pelo incentivo constante; a meu sobrinho Luciano pelo carinho e compreensão; e à dedicada amiga Lúcia, não só pelo estímulo, mas também por sua valiosa colaboração.

AGRADECIMENTOS

Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Letras da UFSC, em especial ao Professor Dr. Apóstolo Theodoro Nicolacópulos, orientador.

A todos que, direta ou indiretamente, contribuíram para que este trabalho se realizasse.

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a noção de transitividade, examinada sob diversos enfoques por gramáticos e linguistas de diferentes correntes, numa tentativa de chegar a uma análise mais clara e coerente.

Examinamos as definições propostas por gramáticos e linguistas segundo critérios sintáticos e/ou semânticos e propomos (1) que a transitividade deve ser definida sintaticamente e (2) que, contrariamente ao que afirmam os gramáticos tradicionais, existem verbos transitivos não-ativos (isto é, verbos de processo e de estado).

ABSTRACT

The purpose of this paper is to analyse the of notion of transitivity, examined by grammarians and linguists of different schools in diferent ways, in an attempt to arrive at a clearer and more coherent analysis.

This paper examines the definitions proposed by grammarians and linguists according to syntactic and/or semantic criteria and proposes (1) that transitivity must be defined syntactically and (2) that, contrary to what traditional grammarians state, there are non-agentive transitive verbs (that is, process and state verbs).

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO I	
1.0. Introdução	3
1.1. Transitividade	4
1.2. Contribuição da Gramática Tradicional	5
1.2.1. Bechara	5
1.2.2. Said Ali	12
1.2.3. Rocha Lima	16
1.2.4. Celso Cunha	19
1.2.5. Melo	25
1.2.6. Luft	28
1.2.7. Crítica à Gramática Tradicional	34
1.3. Contribuição da Escola Estruturalista	39
1.3.1. Mattoso Camara	39
1.3.2. Macambira	44
1.3.3. Crítica à Gramática Estrutural	53
1.4. Contribuição da Gramática Gerativo-Transformacional.	54
1.4.1. Crítica à Gramática Gerativo-Transformacional	66
NOTAS DO PRIMEIRO CAPÍTULO	69
CAPÍTULO II	
2.0. Introdução	70
2.1. O Modelo de Fillmore (68)	70
2.1.1. Estrutura Profunda	78
2.1.2. Sistema de Casos	80
2.1.3. Tipos de Verbos	85
2.1.4. Relações entre Verbos	88

2.1.5. Considerações e Crítica ao Modelo de Fillmore re 68	91
2.2. O Modelo de Fillmore 1971	93
2.2.1. Estrutura Profunda	93
2.2.2. Sistema de Casos	94
2.2.3. Tipos de Verbos	97
2.2.4. Relações entre Verbos	98
2.2.5. Considerações e Crítica ao Modelo de Fillmore re 71	101
2.3. O Modelo de Chafe	102
2.3.1. Estrutura Profunda	104
2.3.2. Sistema de Casos	106
2.3.3. Tipos de Verbos	114
2.3.4. Relações entre Verbos	121
2.3.5. Considerações e Crítica ao Modelo de Chafe..	123
NOTAS DO SEGUNDO CAPÍTULO	125
CAPÍTULO III	
3.0. Introdução	127
3.1. Predicação Verbal	128
3.2. A Transitividade Verbal	133
3.3. Verbos Transitivos Estáticos e Processuais. (Esta- tividade e Transitividade do Verbo TER)	143
CONCLUSÃO	159
REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA	163

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é dar uma contribuição ao estudo da transitividade verbal em português, no sentido de determinar uma abordagem mais clara e coerente das noções de transitividade/predicado e das funções gramaticais sujeito/objeto, vistas do ponto de vista da gramática tradicional, estrutural e transformacional, a partir da gramática de casos. Clara, no sentido de ser aplicada e compreendida não só por lingüistas, mas por professores e alunos interessados em estudos lingüísticos. Coerente, no sentido de que tenha lógica, fazendo uso de critérios adequados.

Para atingirmos o objetivo proposto acima faremos uso dos seguintes procedimentos:

- apresentação e análise da posição de alguns gramáticos e lingüistas dentro das metodologias, tradicional, estrutural, transformacional e casual;
- comentário crítico das contribuições destes autores;
- aplicação dos princípios teóricos da abordagem casual a dados do português.

No primeiro capítulo apresentamos a contribuição da gramática tradicional representada por alguns gramáticos como: Evandro Bechara, Manoel Said Ali, Carlos Henrique da Rocha Lima, Celso Ferreira da Cunha, Gladstone Chaves de Melo e Celso Pedro Luft; a contribuição da gramática estrutural, representada por Joaquim Mattoso Camara Júnior e José Rebouças Macambira; e a contribuição da gramática transformacional, representada por Noam Chomsky.

No segundo capítulo apresentamos a contribuição da gramática de casos, representada por Charles J. Fillmore, Wallace L. Chafe e algumas contribuições de Walter A.S.J. Cook.

No terceiro capítulo apresentamos a análise das teorias do primeiro e segundo capítulos, estabelecendo uma síntese crítica dos critérios adotados a fim de provar que a transitividade não deve ser confundida com agentividade, como sugere a gramática tradicional; que, para o predicado, a divisão em nominal e verbal é insuficiente; que funções sintáticas como sujeito/objeto, e a regra da passiva devem ser definidas sintaticamente; que o verbo ter, v.t. (possessivo), embora seja considerado transitivo é estático; que verbos como amar, v.t., ver, v.t., ouvir, v.t., são transitivos processuais em português.

Finalmente apresentamos nossas conclusões e sugestões de possíveis aplicações desta pesquisa.

CAPÍTULO I

1.0. Introdução

Foi nas escolas filosóficas gregas, através de estudos feitos pelos estóicos, que se chegou a descobrir que outro fator, além do tempo¹, estava implicado na determinação da forma dos verbos gregos: o caráter "perfectivo" ou "imperfectivo" da ação que a forma verbal expressa. Distinguiam, dessa forma, a voz ativa e a passiva, e verbos transitivos e intransitivos (Lyons, 1979:12).

Sob diversos enfoques, tem sido analisado o problema da transitividade e passividade do verbo em português, porém não existe ainda um estudo exaustivo.

Encontramos a matéria em todas as gramáticas, mas de forma superficial, não se percebendo a preocupação de um estudo particular e aprofundado; apenas definições, a nosso ver, bastante falhas, não dando conta de muitos casos que passaremos a ver.

O que aqui nos propomos é abordar o assunto sob o ponto

de vista de gramáticos e linguistas, usando novos instrumentos conceptuais em sua abordagem; tentar explicar o fenômeno; levantar problemas; assim como apontar novos caminhos para a pesquisa.

1.1. Transitividade

Transitividade, sob o ponto de vista tradicional, é definida como o termo que sugere que o efeito da ação expressa pelo verbo "passa" do "agente" (ou ator) para o "paciente" (ou meta). Trata-se de uma concepção nocional tradicional de transitividade (Lyons, 1979:370).

A fragilidade dessa definição semântica, segundo Robins (apud Lyons, 1979:370), pode ser ilustrada através de exemplos como: "Eu o firo", em que "ferir" é sintaticamente um verbo transitivo e a ação referida passa do agente para o paciente. Mas em "Eu o ouço", embora as relações sintáticas entre os dois pronomes ("eu" e "o" nos dois exemplos) sejam as mesmas, e "ouvir" seja considerado verbo transitivo, a ação se dá em sentido contrário. Dentro dos seus limites, é exata essa crítica da noção tradicional de transitividade, que tem sido feita de maneira freqüente. No entanto, a definição semântica ou nocional aplicada ao exemplo "Eu o ouço", se se pensar em "ouvir" como atividade em que a primeira iniciativa cabe à pessoa que ouve, no caso "Eu" e se isso é exato quanto à percepção como uma atividade que "procede" de um "ator" para uma "meta", esse fato em si levaria a pensar que há alguma base semântica para a noção de transitividade. Embora a classe dos verbos sintaticamente transitivos inclua verbos do tipo "ver, ouvir, amar", que não

são inteiramente paralelos sintaticamente a "ferir e matar", e que não se referem a ações cujos efeitos "passam" de um "ator" para uma "meta", não deixa de ser verdade que o conceito "no-cional" tradicional de transitividade seja claramente aplicável à maioria dos verbos transitivos, do ponto de vista sintático ou "formal". Daí a necessidade de sermos cautelosos ao levantarmos alguma crítica impensada ao critério (Lyons, 1979:370-1).

1.2. Contribuição da Gramática Tradicional

Procuraremos abordar o tema "transitividade - sujeito e predicado", situando o assunto, suas noções elementares e seus conceitos básicos de acordo com o posicionamento de alguns gramáticos tradicionais, apontando e comentando seus pontos obscuros.

1.2.1. Para Bechara (1979:204-5), transitivo é o verbo que necessita de complemento que integre sua predicação:

- "Os alunos leram belas poesias.
- Estas censuras não têm grande valor.
- Falava aos colegas.
- As crianças obedecem aos pais.
- Lembrei-me da encomenda.
- Queixou-se da chuva."

Transitivos diretos são os verbos que se acompanham de complemento não iniciado por preposição necessária:

- "Estas censuras não têm grande valor.
- Os alunos leram belas poesias."

Os verbos que dispensam complemento se chamam intransiti-

vos. Os que precisam de complemento recebem o nome de transitivos diretos, (Bechara, 1976:43).

Sujeito, segundo Bechara (1979:199), é o termo da oração que denota a pessoa ou coisa de que afirmamos ou negamos uma ação, estado ou qualidade.

Sujeito

"Marcela suspirou com tristeza.

Este carro não anda?

O artista fora aplaudido.

O pai está alegre.

Virgília era religiosa.

Pedro e Paulo saíram."

Esta definição nocional de sujeito não dá conta de orações do tipo:

João viu Maria.

pois o sujeito não expressa uma ação, porquanto

? O que João fez foi ver Maria.

Da mesma forma em:

João afeiçãoou-se a Maria.

João não praticou nenhuma ação.

? O que João fez foi afeiçãoar-se a Maria.

Observando-se a inoperância dos testes nestas orações, vemos que João não representa um agente, tampouco Maria é paciente. Estas predicções não são ativas (isto é, não denotam ações), conforme os testes acima; também não denotam estado nem qualidade, porquanto são predicções de acontecimento (não-estado), detectadas pelo seguinte teste:

O que aconteceu a João foi que ele viu Maria.

ou

O que aconteceu a João foi que ele afeiçoou-se a Maria.

O teste acima detecta predicacões processuais, isto é, predicacões de acontecimentos não-agentivos e não-estados, pois um acontecimento é um não-estado.

Quanto ao Predicado, diz Bechara (1979:200), é tudo o que se declara na oraçao ordinariamente em referênciã ao sujeito.

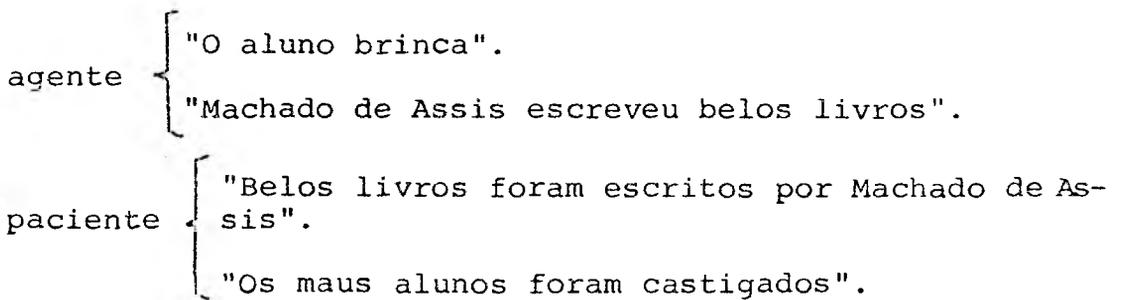
Predicado

- "Marcela suspirou com tristeza.
- Este carro não anda?
- O artista fora aplaudido.
- O pai está alegre.
- Virgília era religiosa.
- Pedro e Paulo saíram."

Definindo os tipos de predicado, Bechara (1979:202-3), afirma que:

O predicado declara

a) uma açao que, se referida ao sujeito, o apresenta como agente ou paciente:



Quando o predicado exprime uma açao que o sujeito pratica ou sofre, o verbo constitui o seu elemento principal. Daí chamar-se verbal a este tipo de predicado.

Esta definiçao, dentro da predicacão verbal, pode dar conta de muitos casos no português, porém há verbos de predica-

ção verbal tais como:

João tem um carro.

Maria viu João.

O menino ganhou uma bola.

Os pais amam os filhos.

Maria possui uma casa.

que não se enquadram nesta definição, primeiro por não expressarem ação; segundo por haver verbos tais como ter, possuir, que não admitem ser passivizados.

? Um carro é tido por João.

? Uma casa é possuída por Maria.

b) Uma qualidade, estado ou condição:

"O aluno é brincalhão.

Machado de Assis foi um escritor.

Os circunstantes ficaram atônitos com a cena."

Quando o predicado exprime uma qualidade, estado ou condição, o seu elemento principal é um nome que se refere a outro nome. A este tipo de predicado chama-se nominal. O nome que, no predicado nominal, constitui o elemento principal se diz predicativo.

Nem todos os predicados acima arrolados expressam qualidade, estado ou condição.

Em:

"O aluno é brincalhão".

ou predicções deste tipo, como: ser honesto, ser corajoso, ser gentil, ser fiel, ser cauteloso, ser bondoso, ser cuidadoso, que são classificados como predicados nominais, isto é, aqueles que exprimem "uma qualidade, estado ou condição", temos na realidade predicções que expressam ações, o que se comprova aplican-

do-se os seguintes testes:

O que o aluno fez foi: ser brincalhão
 ser gentil com Maria.
 ser corajoso.
 ser honesto conosco.

ou, ainda podemos usá-las no imperativo:

Seja brincalhão!
 Seja gentil com Maria!
 Seja corajoso!
 Seja honesto conosco!

Assim sendo, nem todos os predicados classificados como nominais expressam estados. Há um bom número destas predicacões que denotam açõs, como vimos acima.

Já, na oraçãõ:

"Os circunstantes ficaram atõnitos com a cena".
 não temos nem estado nem açãõ.

Senãõ vejamos:

? O que os circunstantes fizeram foi ficarem atõnitos com a cena.

O que aconteceu aos circunstantes foi que eles ficaram atõnitos com a cena.

Sendo o teste operante o de acontecimento, logo, não-estado, detecta a predicacão em questãõ como processual.

No tocante a verbos de ligaçãõ, Bechara (1979:203-4) diz:
 - chama-se de ligaçãõ o verbo que entra no predicado nominal. Seu oficiõ é apresentar do sujeito um estado, qualidade ou condiçãõ que pode ser:

a) permanente: "O aluno é trabalhador.

Os vizinhos vivem preocupados".

Analisando-se as predicacões dos exemplos propostos pelo autor, vemos que o que aqui temos não são predicados nominais, nem estas estão apresentando um estado, qualidade ou condiçãõ do sujeito.

Aplicando-se os testes seguintes, para detectar a agentividade do verbo, em:

"O aluno é trabalhador".

temos:

O que o aluno faz é ser trabalhador.

Ainda, aplicando-se o teste imperativo, temos:

Seja trabalhador!

verificamos que o exemplo na realidade se nos oferece como uma predicacão de açãõ.

Tomando-se o exemplo:

"Os vizinhos vivem preocupados".

e, aplicando-se o teste de acontecimento, temos:

O que acontece aos vizinhos é que eles vivem preocupados. logo, uma predicacão processual.

Como podemos constatar, tais exemplos apresentam predicacão de ações e processuais.

b) passageiro: "A rua está deserta.

A prima anda doente.

Pedro acha-se ocupado.

O professor encontra-se triste."

O estado passageiro exemplificado por Bechara também não está adequado, pois novamente o que encontramos não são predicacões de estados e sim processuais.

Vejamos:

O que está acontecendo é que: a prima anda doente.

a rua está deserta.

Pedro se acha ocupado.

o professor se encontra triste.

c) Mudança de estado: "Todòs ficaram adoentados.

Maria tornou-se estudiosa.

Elas acabaram cansadas.

Pedro caiu doente:

O cliente fez-se médico.

A crisálida virou borboleta.

O inocente converteu-se em culpado.

Ele meteu-se a poeta."

Cabendo aqui a observação de que mudança de estado, já não é um estado e sim um acontecimento, o que se comprova aplicando-se o teste abaixo:

O que aconteceu foi que: todos ficaram adoentados.

Maria tornou-se estudiosa.

elas acabaram cansadas.

Pedro caiu doente.

o cliente fez-se médico.

a crisálida virou borboleta

o inocente converteu-se em culpado.

ele meteu-se a poeta.

logo, predicções processuais.

d) continuidade de estado: "Nòs continuamos livres.

Maria permanece satisfeita."

Da mesma forma, os exemplos não nos oferecem predicções de estado.

Vejamos:

O que acontece a: nós é que continuamos livres.

Maria é que ela permanece satisfeita.

o que se nos apresenta, são predicacões processuais.

e) aparência: "A mestra parecia zangada.

A roupa parecia velha."

novamente exemplos cujas predicacões não são de estado e sim de acontecimento:

O que acontecia à: mestra é que ela parecia zangada.

roupa é que ela parecia velha.

Portanto, concluímos que as predicacões arroladas pelo autor como de estado são, na realidade, predicacões de acontecimentos processuais.

1.2.2. Para Said Ali(1964a:94-5), transitivo é o verbo cujo sentido se completa com um substantivo em lugar do qual se podem usar as formas pronominais o, a, os, as. O termo que se junta ao verbo transitivo denomina-se objeto direto, acusativo ou complemento objetivo.

O verbo transitivo na sua forma usual denota que a ação procede do sujeito. O verbo, então, acha-se na voz ativa.

Com uma forma adequada o verbo pode inversamente exprimir que a ação se dirige para o sujeito achando-se aí o verbo na voz passiva. Forma-se a voz passiva combinando o particípio do pretérito com o auxiliar ser. O agente ou sujeito do verbo na ativa passa a ser complemento de causa eficiente na voz passiva.

Serve de sujeito na construção passiva o termo que na voz ativa servia de objeto direto.

Tal definição é coerente para:

O menino quebrou a janela.

A janela foi quebrada pelo menino.

quando temos um verbo de ação. Porém, para:

O menino viu o palhaço.

O palhaço foi visto pelo menino.

o verbo ver não exprime ação, daí não se enquadrar na definição, pois não temos uma predicação agentiva e sim processual.

Definindo Sujeito e Predicado, Said Ali (1964a:125-6) diz que Sujeito denota o ser a propósito do qual se declara alguma coisa. É expresso por um nome ou um pronome. Predicado é aquilo que se declara do sujeito. É expresso por um verbo nocional ou por um adjetivo combinado com algum dos verbos ser, estar, parecer, ficar, tornar-se.

Ainda Said Ali (1964b:268), definindo termos da proposição, diz: Os fatos que chegam à nossa percepção representam-se nos ou como fatos (acontecimentos, processos) propriamente ditos sem referência a quaisquer seres, (é o caso dos fenômenos da natureza que se traduzem pelas expressões verbais chove, troveja, etc. Formam estes verbos sentido perfeito e constituem orações de um só termo, também chamadas orações sem sujeito), ou como ações que se passam com alguém ou alguma coisa, sendo este o caso mais freqüente, suscitando em nosso cérebro dois conceitos, o de um ser e o da ação que com ele se passa, como nestes pensamentos:

"A terra move-se.

O menino aprende."

Expressos esses pensamentos em linguagem adequada, temos as proposições de dois termos, os quais se chamam sujeito e predicado.

Observando-se a definição acima e os exemplos propostos pelo autor:

"A terra move-se.

O menino aprende."

concluimos que, para tais, a definição não é apropriada, pois suas predicções não são de ação.

Senão, vejamos:

? O que a terra faz é mover-se.

? O que o menino faz é aprender.

portanto, não conseguimos detectar nenhuma ação praticada pela terra ou pelo menino. Já aplicando-se teste de acontecimento, como:

O que acontece à terra é que ela se move.

O que acontece ao menino é que ele aprende.

vemos que o que temos não são predicções agentivas e sim processuais.

A definição de que o sujeito está ligado a uma ação dá conta de orações tipo:

"A criança chora.

Os animais fugiram para o mato."

porém, se formos analisar orações, tais como:

"O leão tem juba.

João ganhou um carro.

O menino sentiu fome."

veremos que tal definição não cobre estas predicções, pois não expressam ações.

Em:

"O leão tem juba."

não há ação expressa, portanto, não passa no teste.

? O que o leão faz é ter juba.

Do mesmo modo:

? O que João fez foi ganhar um carro.

ou

? O que o menino fez foi sentir fome.

Portanto, estas orações não suscitam em nosso cérebro os dois conceitos propostos acima: o de um ser e o da ação que com ele se passa. Também não se enquadram na definição de verbos relacionais proposta por Said Ali (1964a:93) que diz: "Verbo Relacional é aquele que vem combinado ou com um adjetivo para constituir o predicado, ou com alguma forma infinita de verbo nominal". Estas predicções são de acontecimento, pois aplicando-se os testes seguintes temos a comprovação.

Vejamos:

O que aconteceu a João foi que ele ganhou um carro.

O que aconteceu ao menino foi que ele sentiu fome.

São portanto, predicções processuais, salvo o exemplo:

· "O leão tem juba."

cuja predicção não expressa nem ação, nem processo.

Senão vejamos:

? O que acontece ao leão é que ele tem juba.

? O que acontece é que o leão tem juba.

como não passa nos testes acima concluímos que é uma predicção de estado, isto é, um não-acontecimento.

1.2.3. Rocha Lima (1969:333) classifica os verbos em função do tipo de complemento que requerem para formar uma expressão semântica; assim se podem classificar os verbos:

a) Intransitivos, que, encerrando em si toda a noção predicativa, dispensam quaisquer complementos;

b) Transitivos diretos, que exigem a presença de um objeto direto;

c) Transitivos indiretos, que pedem a presença de um objeto indireto.

Definindo os termos básicos da oração, Rocha Lima (1969: 226-9) diz: Em sua estrutura básica, consta a oração de dois termos:

I Sujeito - O ser de quem se diz algo.

II Predicado - aquilo que se diz do sujeito.

O predicado verbal, exprime um fato, um acontecimento ou uma ação, tem por núcleo um verbo, acompanhado, ou não, de outros elementos.

Os verbos de predicação verbal classificam-se em dois grupos:

1. Intransitivos, ou de predicação completa.

2. Transitivos, ou de predicação incompleta.

Verbos transitivos requerem, para a cabal integridade do predicado, a presença de um ou mais termos que lhes completem a compreensão.

Exemplos:

A criança encontrou	} (o quê?)
A criança comprou	

A criança acudiu	}	(a quem?)
O professor aludiu		(a quê?)
A criança deu	}	(o quê?) (a quem?)
Os alunos pediram		

Objeto direto, segundo Rocha Lima (1969:231-2), é o complemento que, na voz ativa, representa o paciente da ação verbal. Identifica-se facilmente:

- a) porque pode ser o sujeito da voz passiva;
- b) porque corresponde, na 3ª pessoa, às formas pronominais átonas o, a, os, as.

No caso de:

João tem um carro.

embora o verbo ter seja classificado como transitivo direto - "um carro" seja objeto direto, não temos condições de transformar a oração em passiva:

? Um carro é tido por João.

Ainda sobre objeto direto, Rocha Lima acrescenta que o objeto direto indica:

- a) O ser sobre o qual recai a ação:

"Castigar o filho.

Louvar os bons."

esta definição dá conta dos exemplos acima, pois conforme os testes abaixo, tais verbos são comprovadamente de ação:

O que o pai fez foi castigar o filho.

O que o homem fez foi louvar a Deus.

porém, é fraca e não dá conta de casos tais como:

Amar Maria.

Ver João.

pois, tais verbos (amar, ver) não expressam ação e sim acontecimento, o que fica claro aplicando-se o teste. Daí não haver nenhuma ação a recair sobre o objeto:

O que aconteceu a João foi que ele amou Maria.

O que aconteceu a Maria foi que ela viu João.

e não:

? O que João fez foi amar Maria.

? O que Maria fez foi ver João.

b) O resultado da ação:

"Construir uma casa.

Criar um poema."

Tal definição cobre os exemplos acima, tendo em vista serem os verbos construir, criar, de ação. Porém, nem todos os verbos indicam ação, em orações como:

Sentir fome.

Aprender a lição.

Onde aprender, sentir são classificados como transitivos diretos e (sua predicação) "fome" e a "lição" como objetos diretos. No entanto, não expressam ação:

O que aconteceu ao menino: foi que ele sentiu fome.

foi que ele aprendeu a lição.

Portanto, não são resultados de ação são expressos no chamado objeto direto.

c) O conteúdo da ação:

"Prever a morte do ditador.

Discutir política."

Também este caso merece a observação de quem nem sempre é o conteúdo da ação que recai sobre o objeto direto. Senão, vejamos:

Obter boas notas.

Achar um livro.

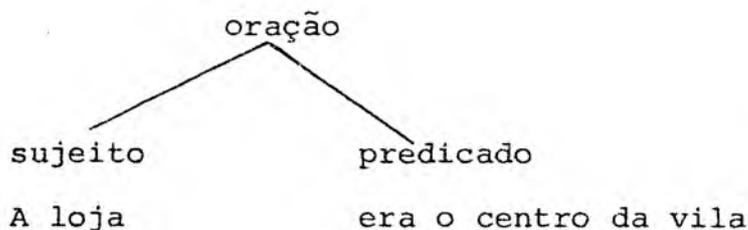
Não sendo os verbos obter e achar indicadores de ação vemos novamente uma falha na definição do autor que, além disso, não usa um critério único em suas definições, nas quais mescla o ponto de vista sintático com o ponto de vista semântico.

1.2.4. Celso Cunha (1981:81-9) diz que sujeito e predicado são termos essenciais da oração; sendo sujeito o termo sobre o qual se faz uma declaração; o predicado tudo aquilo que se diz do sujeito.

Assim, na oração:

"A loja era o centro da vila."

temos:



Da atitude do sujeito, Celso Cunha (1981:86-9) diz:

a) com verbos de ação:

Quando o verbo exprime uma ação, a atitude do sujeito como referência do processo verbal, pode ser de atividade, de passividade, ou de atividade e passividade ao mesmo tempo.

No exemplo:

"A madrinha penteava o menino doente."

O sujeito "a madrinha" executa a ação expressa pela forma verbal, penteava. O sujeito é, pois, o agente.

No exemplo:

"O menino doente era penteado pela madrinha."

A ação não é praticada pelo sujeito "o menino", mas pelo agente da passiva, a "madrinha". O sujeito no caso, sofre a ação; é dela o paciente.

No exemplo:

"A madrinha penteava-se."

a ação é simultaneamente exercida e sofrida pelo sujeito "a madrinha". O sujeito é, então, a um tempo, o agente e o paciente dela.

Como vemos, na voz ativa, o termo que representa o agente é o sujeito do verbo; o que representa o paciente é o objeto direto. Na voz passiva, o paciente torna-se o sujeito do verbo.

Em princípio, analisando-se a definição do autor de que "quando o verbo exprime uma ação o sujeito pode ser ativo ou passivo" vemos nesta uma coerência, porém peca ao esquecer-se de que nem todo verbo se ajusta tão facilmente a sua definição. Se tomarmos verbos como ver, admirar, como nos exemplos:

A menina viu o palhaço.

O professor admirou o trabalho do aluno.

verificamos que tais verbos não são classificáveis como verbos de ação e as orações admitem passiva. Ainda, se conforme a seqüência da definição "... o termo que representa o agente é o sujeito do verbo, e o que representa o paciente é o objeto direto", como poderíamos, então, classificar orações deste tipo quando temos um sujeito e um objeto direto, e onde nem o sujeito pratica uma ação, não podendo ser classificado como agente, nem o predicado sofre uma ação, não podendo ser classificado como paciente?

O que podemos comparar com os seguintes testes:

O que aconteceu foi que a menina viu o palhaço.

e não,

? O que a menina fez foi ver o palhaço.

O que aconteceu foi que o professor admirou o trabalho do aluno.

e não,

? O que o professor fez foi admirar o trabalho do aluno.

No entanto, se transformarmos as orações em passiva, estas são naturalmente aceitas:

O palhaço foi visto pela menina.

O trabalho do aluno foi admirado pelo professor.

portanto, temos orações passivas, mas não agentes e pacientes da ação, não aparecendo aqui a relação de atividade e de passividade proposta pelo autor.

b) com verbos de estado:

Quando o verbo evoca um estado, a atitude da pessoa ou da coisa que dele participa é de neutralidade. O sujeito, no caso, não é o agente nem o paciente, mas a sede do processo verbal, o lugar onde ele se desenvolve:

"Sancha era modesta, o marido trabalhador.

· O velho parecia em êxtase.

A terra permanece elevada."

Ao definir verbos de estado, o autor diz "a atitude da pessoa ou da coisa que dele participa é de neutralidade". Tomando-se por base os exemplos propostos, em:

"Sancha era modesta, o marido trabalhador."

e aplicando-se os testes:

Seja modesta! Seja trabalhador!

Sancha estava sendo modesta, o marido estava sendo trabalhador.

ou ainda:

O que Sancha fez foi ser modesta.

O que o marido fez foi ser trabalhador.

Vemos que o que aqui se nos apresenta não é um estado, conforme a definição, mas sim uma ação praticada pelo sujeito ("Sancha", "o marido"). O próprio fato de o autor dizer "... a atitude da pessoa..." já nos sugere a idéia de ação.

Teremos um estado no caso de:

Sancha era alta.

porque não pode ocorrer orações como:

? Seja alta, Sancha!

? Sancha estava sendo alta.

? O que a Sancha fez foi ser alta.

? O que aconteceu foi que Sancha era alta.

Este tipo de oração não passa em teste nenhum acima, sendo portanto, classificado como estado, isto é, um não-acontecimento.

Em:

"O velho parecia em êxtase."

também, comprovaremos através de teste, não ser um estado, pois apesar de não passar no teste de ação:

? O que o velho fazia era parecer em êxtase.

passa no de acontecimento:

O que estava acontecendo era que o velho estava parecendo em êxtase.

O que acontecia era que o velho parecia em êxtase. sendo, portanto, um não-estado, ou, um acontecimento, uma

predicação processual.

Em:

"A terra permanece elevada."

novamente temos um não-estado. Aplicando-se o teste de ação,

? O que a terra fez foi permanecer elevada.

temos que também não temos uma predicação agentiva.

Já, testando acontecimento:

O que acontece à terra é que ela permanece elevada.

o que se nos apresenta é um acontecimento processual.

Dentro de verbos de estado, Celso Cunha (1981:87) introduz os verbos de mudança de estado dizendo que "incluem-se naturalmente entre os verbos que evocam um estado, ou melhor, uma mudança de estado, os incoativos como adoecer, emagrecer, empobrecer, equivalentes a, ficar doente, ficar magro, ficar pobre."

O próprio autor diz ser o incoativo uma mudança de estado, logo, não é um estado, senão vejamos: aplicando-se os testes com verbos de estado,

João está magro.

? Seja magro, João!

? João está estando magro.

? O que aconteceu foi que João está magro.

comprovamos que neste caso temos realmente uma predicação de estado. Porém com incoativos:

João emagreceu.

ou

João ficou magro.

não ocorre:

? Fique magro, João!²

e sim:

João está ficando magro.

O que está acontecendo a João é que ele está ficando magro.

ou:

João está emagrecendo.

O que aconteceu foi que João emagreceu.

Sendo que o que aqui ocorre é um não-estado, pois mudança de estado implica um acontecimento, no caso uma predicação processual.

Predicado verbal:

O predicado verbal tem como núcleo, isto é, como elemento principal da declaração que se faz do sujeito, um verbo significativo que pode ser intransitivo ou transitivo:

- Verbos intransitivos

Nas orações

"O cocheiro parou. Os passageiros saltaram."

Verificamos que a ação está integralmente contida nas formas verbais parou e saltaram. Tais verbos são, pois, intransitivos, ou seja, não transitivos; a ação não vai além do verbo. Agora, tomando-se como exemplos:

O menino morreu.

A criança caiu.

qual a ação encontrada em orações deste tipo? Portanto, novamente aqui peca o autor quando se atém a verbos ativos esquecendo-se que em nossa língua encontra-se um bom número de verbos processuais.

- Verbos transitivos

Nas orações

"Helena desvia a cabeça. Mário acaricia-lhe os cabelos."

As formas verbais desvia e acaricia exigem termos para completar-lhes o significado. Como o processo verbal não está integralmente contido nelas, mas se transmite a outros elementos (o substantivo "cabeça" na primeira oração, o pronome "lhe" e o substantivo "cabelos" na segunda) estes verbos se chamam transitivos.

Os verbos transitivos podem ser diretos, indiretos, ou diretos e indiretos ao mesmo tempo.

Verbos transitivos diretos

Nas orações:

"Cumpra o seu dever. Mantenha a ordem."

a ação expressa por cumpra e mantenha se transmite a outros elementos "o seu dever" e "a ordem" diretamente, ou seja, sem o auxílio de preposição. São, por isso, chamados transitivos diretos, e o termo da oração que lhes integra o sentido recebe o nome de objeto direto.

Se tomarmos à risca a definição acima, então como classificaremos orações do tipo:

João tem um carro.

Paulo ganhou uma bola.

onde não figura nenhuma ação expressa por ter e ganhar e são verbos transitivos diretos, sendo "um carro" e "uma bola" objetos diretos, pois os mesmos são transmitidos diretamente do verbo ao objeto?

são transitividade, distingue os verbos em dois grupos, os que encerram um sentido completo e os que necessitam de um termo complementar para inteirar o sentido predicativo, denominando-o de complemento verbal.

Definindo sujeito e predicado, Melo (1970:190-200) diz: Na oração, sujeito é "o ser de quem se diz alguma coisa".

Predicado é "aquilo que se diz do sujeito".

São definições correlatas e simples, que deixam ver a reciprocidade existente entre os dois termos fundamentais e mostram que o sujeito é o ponto-de-partida. Tudo que numa oração não é sujeito ou não está no sujeito é PREDICADO, menos vocativo e aposto.

No predicado, há sempre um verbo (claro ou oculto) em forma finita. Esse verbo é que nos vai indicar se se trata de um predicado nominal, verbal ou verbo-nominal.

- Predicado Verbal

A frase nominal (oração de predicado nominal) traduz uma visão estática, parada, fotográfica do mundo.

João é alto.

ao passo que a frase verbal (oração de predicado verbal) traduz uma visão dinâmica, movimentada, cinematográfica do mundo.

"João dança bem."

No predicado verbal, o verbo é que contém a significação substancial. Pois bem, as definições com os exemplos propostos são coerentes e seriam satisfatórias se sô existissem estes tipos de verbo. Agora, se observarmos os exemplos:

Maria foi gentil com João.

O professor foi generoso com os alunos.

segundo o verbo, a frase é nominal, porém não se encaixa na definição de predicado nominal pois não traduz uma visão estática e sim dinâmica do mundo.

Senão, vejamos:

O que Maria fez foi ser gentil com João.

O que o professor fez foi ser generoso com os alunos.

Temos aqui, na realidade, predicacões que expressam ações. Portanto, nem todas as predicacões classificadas como nominais expressam estado, pois comprovadamente muitas delas são agentivas.

Objeto direto, por outro lado, seria o complemento verbal que integra o sentido do verbo, sem o auxílio de preposição.

Suas principais características:

a) ser complemento de um verbo na voz ativa, a exprimir de regra o termo imediato da ação. Em orações como:

Maria comprou um carro.

temos um agente "Maria" e o complemento "um carro". No entanto, sabemos que nem todo verbo é indicador de ação, também nem todo sujeito é ativo, em:

João quebrou o braço.

não temos aqui um agente em João, pois o que ocorre não é uma ação e sim um acontecimento como podemos verificar através dos testes seguintes:

O que aconteceu a João foi que ele quebrou o braço.

e não:

? O que João fez foi quebrar o braço.

salvo, se foi uma ação deliberada, caso contrário foi um acontecimento, e isto implica numa predicacão processual.

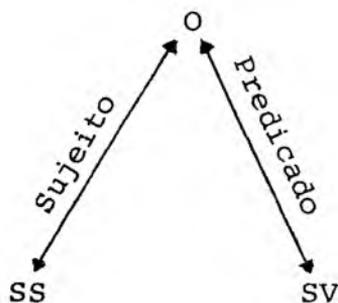
b) se representado por um substantivo, poderá ser substituído pelo pronome o numa de suas formas *lo, no, ...*

1.2.6. Luft (1976:129-36), definindo os termos da oração diz: Sujeito - "ser de quem se diz alguma coisa".

Predicado - "É aquilo que se diz do sujeito". (É a enunciação pura de um fato qualquer, ou a oração sem sujeito).

Sujeito e predicado estão implícitos nesta regra de reescritura da oração:

Oração \longrightarrow (Sintagma substantivo) sintagma verbal. Sujeito é a relação entre o primeiro membro e oração; e a relação entre o segundo membro e oração é o predicado.



Para Luft, Predicado é "aquilo que se diz do sujeito", quando este existe; caso contrário é o "enunciado puro de um fato qualquer".

"Chove.

Era tarde."

constitui a "informação nova para o ouvinte". É o verbo com seus anexos (complementos ou adjuntos), "tudo o que na oração não é sujeito ou não está no sujeito". É a função exercida pelo segundo membro na regra que reescreve a oração:

Oração \longrightarrow (sintagma substantivo) sintagma verbal.

Pode o predicado ter como núcleo um nome ou um verbo, donde a divisão: predicado nominal / predicado verbal. Será verbo-nominal se tiver dois núcleos - verbo e nome.

Predicado verbal - predicado que tem por núcleo um verbo ou locução verbal:

"A terra [gira].

[Está ventando lá fora].

[Reclamaram] todos.

O escritor de raça [ajusta as palavras às idéias, como luvas].

Todos [já tinham saído]".

Predicado verbal - O resultado da conexão entre sujeito e verbo, verbo e complementos - é a predicação ou regência verbal. Quando essa conexão se faz pelo verbo, sem necessidade de complemento (objetos), diz-se que o verbo é de predicação completa; se, pelo contrário, é indispensável o complemento, então, o verbo é de predicação incompleta. Chama-se:

a) Transitivo o verbo de predicação incompleta: amar, odiar, depender, falar, gostar, colocar, pôr, etc.

b) Intransitivo o verbo de predicação completa: brincar, caminhar, viver, morrer, sorrir, etc.

O autor, em uma nota, faz a seguinte observação "O nome transitivo provém do latim transire 'passar' e aplicou-se originariamente aos verbos que podiam "passar" para a voz passiva, com o objeto (acusativo) transformado então em sujeito (nominativo). Já os intransitivos não permitiam essa passagem. Na conceituação atual, vê-se que essa definição etimológica não serve mais, já que, a rigor, só o "transitivo direto" é conversível em verbo passivo: amar / ser amado; "a rigor, porque também se en-

contra a apassivação de "transitivos indiretos": é muito falado, estar precisando, ser obedecido, etc. Alguns interpretam: verbo "transitivo" é aquele em que a ação "passa" direta ou indiretamente a um complemento. Evidentemente, uma "etimologia" adaptada (cf. DFG, S.V. TRANSITIVIDADE)." (Luft, 1976:133).

Há dois grupos de verbos: nocionais - transitivos / intransitivos - relacionais ou de ligação.

O verbo transitivo necessita de um sintagma substantivo ou preposicional - objeto - que lhe complete o sentido. Pode ser direto ou indireto.

Transitivo direto - tem o sentido completado por um objeto "direto", assim chamado por se ligar ao verbo diretamente, sem preposição. É o segundo elemento nominal nas estruturas de [agente - ação - paciente]:

Agente	+ Ação	+ Paciente
Sintagma Substantivo 1	V. transitivo	Sintagma Subst. 2
"O professor	expõe	a lição.
O pai	castigou	o filho.
A polícia	prende	o desordeiro."

Pode-se verificar a transitividade direta desses verbos, transformando-os em passivos: o objeto direto se tornará sujeito (passivo), e o sujeito, agente da passiva - quer dizer, muda a forma sintática, mas "agente" e "paciente" continuarão os mesmos; como nas demais transformações, muda a forma mas não o sentido.

Paciente	+ Ação	+ Agente
Sint. Subst.-2	+ ser + Particípio + por	+ Sint. Subst. 1
(Suj. Pass)	+ (V. Pass)	+ (agente da passiva)
"A lição	é exposta	pelo professor.

O filho foi castigado pelo pai.
 O desordeiro foi preso pela polícia."

Baseando-se nos exemplos do autor, não teríamos problema quanto à sua exposição, porém, nem todos os verbos, aliás, muitos deles, não se encaixam nesta definição, pois temos um bom número de verbos que não expressam ação. Atendo-se a sua relação de verbos quando define o verbo transitivo, vemos que apenas falar, colocar e pôr, são verbos que expressam ação; amar, odiar, depende, gostar não expressam ação. O que podemos comprovar com os seguintes testes:

O professor falou aos alunos.

O que o professor fez foi falar aos alunos.

O aluno colocou o livro na estante.

O que o aluno fez foi colocar o livro na estante.

A criança pôs o brinquedo no armário.

O que a criança fez foi pôr o brinquedo no armário.

sendo, portanto, estas orações comprovadamente de ação.

Já em:

Maria ama João.

temos

O que está acontecendo a Maria é que ela está amando João.

O que acontece a Maria é que ela ama João.

e não:

? O que Maria faz é amar João.

Maria odeia João.

Temos:

O que está acontecendo a Maria é que ela está odiando João.

O que acontece a Maria é que ela odeia João.

e não:

? O que Maria faz é odiar João.

Maria depende de João.

Temos:

O que está acontecendo a Maria é que ela está dependendo de João.

O que acontece a Maria é que ela depende de João.

e não:

? O que Maria faz é depender de João.

Maria gosta de João.

Temos:

O que está acontecendo é que Maria está gostando de João.

O que acontece é que Maria gosta de João.

e não:

? O que Maria faz é gostar de João.

Sendo, portanto, verbos não agentivos e sim de acontecimento processual.

Luft define objeto direto como o segundo elemento nominal nas estruturas de [agente + ação + paciente]:

Agente	+ ação	+ paciente
"O aluno	colocou	o livro na estante.
A criança	pôs	o brinquedo no armário."

Para os exemplos acima, a definição é satisfatória, pois os verbos colocar e pôr são agentivos, mas em outros exemplos como:

João tem um carro.

O menino levou uma surra.

A caixa contém laranjas.

a definição falha, pois nem sempre objeto direto é sinônimo de paciente, uma vez que o sujeito "João", "o menino", "a caixa", não está praticando e nem o objeto "um carro", "uma surra", "laranjas" está sofrendo qualquer ação.

Quando Luft diz que se pode verificar a transitividade direta dos verbos transformando-os em passivos, exclui orações como as propostas acima, que são transitivas diretas e no entanto não se prestam à passiva:

? Um carro é tido por João.

? Uma surra foi levada pelo menino.

? Laranjas são contidas pela caixa.

e, mesmo que tais orações fossem possíveis, ainda, não teríamos nelas os elementos: [agente + ação + paciente] conforme a definição.

E mais, temos orações transitivas diretas que, mesmo aceitando passiva, ainda assim não há a relação [agente + ação + paciente] como é o caso de:

Maria ama João.

Maria odeia João.

Onde é possível:

João é amado por Maria.

João é odiado por Maria.

mas não:

? O que Maria faz é: amar João.

odiar João.

e sim:

O que acontece à Maria é que ela: ama João.

odeia João.

portanto, não vemos aqui nenhuma ação, logo não temos nenhum agente.

Luft observa que alguns verbos transitivos diretos não admitem apassivamento, ou por serem impessoais, ou por terem já sentido passivo, ou por não comportarem idéia passiva; e exemplifica:

"Há problemas."

"Faz calor."

"Levou uma surra."

"Minha terra tem palmeiras."

porém sua observação é muito vaga, uma vez que não explica o porquê dos fatos.

Cabe aqui a observação de que nossos gramáticos atêm-se a predicados verbais e nominais, desconsiderando a predicação processual que vem englobar estes tipos de orações até então não explicadas pela gramática tradicional.

1.2.7. Crítica à gramática tradicional

Em suma, analisando-se as definições de sujeito, predicado e transitividade nas gramáticas consideradas, verificamos que estão relacionadas umas com as outras e que não há divergência quanto ao conteúdo básico. Como termos essenciais da oração, são unanimemente considerados o sujeito e o predicado. Normalmente o núcleo do sujeito é um substantivo ou palavra que no momento esteja funcionando como tal. Para alguns autores, entre eles Melo (1978:191), o ponto de partida da enunciação lingüística constituída pela oração é o sujeito; para outros, entre eles Celso Cunha (1981:81) sujeito é o termo sobre o qual se faz uma declaração, levando a crer que aquilo que se declara, ou seja,

o que é expresso no predicado tem posição primordial.

No que diz respeito ao predicado, este é definido como: aquilo que se diz, afirma, ou declara do sujeito.

São definições correlatas, onde percebemos a íntima relação existente entre o sujeito e o predicado na oração; o resultado desta relação é a predicação verbal.

No predicado, há sempre um verbo em forma finita, esteja ele claro ou oculto, e é esse verbo que nos vai indicar qual o tipo de predicação: se nominal, verbal ou verbo-nominal.

De modo geral, são definições semânticas baseadas na relação de ação ou atividade e passividade, havendo raras exceções como é o caso de Luft (1976:129) que se baseia também no aspecto estrutural. Porém, são inconsistentes e vagas porque não se atêm à sintaxe, visto que as relações ou funções sujeito/objeto são puramente sintáticas. O que vemos é uma mescla de definições, ora sintáticas, ora semânticas, nos mesmos autores.

Mesmo quando tentam definir estas noções em termos semânticos, a definição também é inconsistente na medida em que ignoram outros tipos de relações existentes entre o sujeito e o processo verbal. Esta definição não abarca oração do tipo:

João tem um carro.

onde ter é um verbo transitivo e não figura nenhuma relação de atividade ou passividade, praticada e sofrida pelo sujeito e objeto, respectivamente.

ou

A menina viu o palhaço.

cuja relação não é de atividade nem de passividade; o que aqui

se nos apresenta é uma predicação de acontecimento, pro-
cessual.

Há ainda casos de passividade que são desconsiderados di-
ante da própria definição de passividade, dada por gramáticos
como Celso Cunha (1981:86) 'que confunde passividade como uma
relação própria de voz passiva, não dando conta de casos tais
como:

João sofreu um acidente.

O menino levou uma surra.

onde o sujeito tem conotação passiva e a frase tem estrutura
ativa. A significação de sofrer, levar não recai no objeto
e sim no sujeito "o menino", "João".

Na verdade, as definições propostas pelos vários autores
são circulares e pouco esclarecedoras.

Todas as restrições, portanto, às definições da gramáti-
ca tradicional decorrem da crítica de que seu estudo tem sido
feito, na maior parte das vezes, dando ênfase especial ao as-
pecto semântico, mas, com definições semânticas inapropriadas.
Por outro lado, não se atêm apenas a este critério, enfatizam
também o critério funcional, fazendo uso concomitante do crité-
rio sintático, este que deveria ser realmente o sustentáculo, a
base das suas definições.

Verifica-se um ou outro autor, como Luft (1976:129), que
dá uma definição estrutural embora ainda mesclando elementos
da definição semântica tradicional.

Na mesma linha, são classificados os predicados verbais
e nominais. O predicado verbal exprime segundo os nossos gramá-
ticos uma ação que o sujeito pratica ou sofre. Ora, tal defini-
ção semântica não dá conta de casos tais como:

Maria tem uma bola.

onde o sujeito não pratica nem sofre nenhuma ação.

Em predicados nominais, o problema continua, já que os autores definem estes como sendo os que expressam qualidade, estado ou condição, porém, nem todos os predicados assim classificados encaixam-se tão facilmente nesta definição. Muitas vezes, os próprios exemplos propostos pelo autor, no caso, Bechara (1979:203), trazem uma predicação que não pode ser classificada como nominal e sim processual:

"A rua está deserta."

ou mesmo agentiva:

"O aluno é brincalhão."

Ainda, dentro do predicado nominal, classificam os verbos de mudança de estado, conforme Celso Cunha (1981:87) e Bechara (1979:203), porém, quando há uma mudança de estado, o que ocorre já não é um estado e sim um acontecimento, logo, uma predicação processual.

A crítica, ora feita aos gramáticos tradicionais, deve-se ao fato de que provavelmente por não saberem onde encaixar certas predicções, classificam-nas como nominais.

A respeito do objeto direto, vê-se comumente o termo definido como "o paciente da ação verbal", ou como "o sujeito da voz passiva", segundo Rocha Lima (1969:231), ou de acordo com Luft (1976:134), "Verifica-se a transitividade direta dos verbos transformando-os em passivos".

Vemos que esta definição pode dar conta de casos como:

A aluna estudou a lição.

Papai lavou o carro.

porém, é fraca na medida em que não é aplicável a casos como:

A menina viu o palhaço.

João tem um carro.

embora no caso de:

A menina viu o palhaço.

possamos aplicar a transformação passiva:

O palhaço foi visto pela menina.

no caso de:

João tem um carro.

tal transformação é impraticável:

? Um carro é tido por João.

Em ambos os casos, não há a relação proposta acima. Tais orações possuem verbos classificados como transitivos diretos e, conseqüentemente, objetos diretos, porém o sujeito não figura como agente, daí o objeto não ser paciente da ação verbal. Portanto esta definição é falha porque tem bases semânticas e o objeto direto não é semanticamente definível. Na realidade, a apassivação é uma regra sintática, onde o objeto direto se torna o sujeito da voz passiva.

Há, no entanto, orações, como vimos acima, às quais esta regra não se aplica por haver restrições de natureza semântica.

Em síntese, as definições tradicionais dos elementos do enunciado carecem de uma redefinição, não só dos critérios adotados, mas também da abrangência desses critérios.

1.3. Contribuição da Escola Estruturalista

Assim como na gramática tradicional, a transitividade é também abordada no estruturalismo.

1.3.1. Para Mattoso Camara (1974:174), na frase quanto ao seu valor significativo, há para se levar em conta a distinção entre frases nominais e frases verbais. "Elas correspondem à oposição entre a visão estática e a visão dinâmica do mundo dos objetos, o que, no plano lexical, cria a distinção entre nome e verbo."

O nome e o verbo são deduzidos da mesma realidade objetiva ou do mundo real, conforme ela se apresenta em nosso espírito sob um aspecto "estático" ou sob um aspecto "dinâmico" (grego stásis "posição em pausa", diinamis "força" em desenvolvimento). O semantema refere-se assim, respectivamente, a um ser ou a um processo (Mattoso Camara, 1974:150-1, Cf. Meillet, 1921:175).

Daí a distinção fundamental, segundo ele, entre frases nominais e frases verbais. Nas frases nominais, que consistem na atribuição de um ser a outro ser, não há propriamente verbo, pois não há a manifestação dinâmica de um processo. Se aparece uma forma verbal é a título de ligação entre as duas coisas, e exemplifica:

"Pedro é bom."

que corresponde a uma visão estática do que é objetivado em confronto com

"Pedro anda."

Analisando-se o exemplo "Pedro é bom", vemos que predicções deste tipo, que são classificadas como nominais, não se encaixam tão facilmente à definição. Temos na realidade uma pre-

dicação que expressa ação, portanto uma visão dinâmica, segundo a terminologia do autor. Senão vejamos:

O que Pedro faz é ser bom.

ou ainda usando o imperativo

Seja bom!

Assim sendo, nem todas as predicções classificadas como nominais são realmente, um bom número destas predicções denotam ações.

Teríamos uma predicção nominal em:

Pedro é alto.

que, por ser nominal, não passaria nos testes acima aplicados.

Já a frase verbal se constrói na base de um verbo e indica uma "força" ou processo, o que é verdade para a oração:

"Pedro anda."

onde temos uma predicção que corresponde a uma visão dinâmica do que é objetivado.

Vejamos:

O que Pedro faz é andar.

Pedro está andando.

Ande, Pedro!

Mattoso Camara (1981:235) diz que transitividade em sentido estrito é a necessidade que há em muitos verbos de se acompanharem de um objeto direto que lhe complete a predicção.

Em sentido lato, a transitividade é sinônimo de predicção incompleta, aplicando-se quer aos verbos de objeto direto (transitivos diretos), quer aos de objeto indireto (transitivos indiretos). É conveniente, entretanto, diz Mattoso Camara, man-

ter o conceito estrito de transitividade, que corresponde, também em português, à possibilidade da transformação na construção passiva analítica. (ex.: vê-me...: sou visto...); daí a divisão dos intransitivos em:

a) relativos (com objeto indireto),

b) absolutos (sem qualquer objeto), que são de predicação completa em geral (salvo alguns que exigem complemento de lugar; (ex.: ir a ...)). Ainda, Mattoso Camara diz que a transitividade depende de uma significação particular dentro da polissemia do verbo; assim os verbos transitivos podem ser intransitivos para exprimir que o sujeito é capaz da atividade pressuposta no significado verbal (ex.: este homem vê bem "tem a capacidade da visão").

De acordo com Mattoso Camara (1981:228-9), sujeito é o termo da oração que, como determinado do sintagma oracional, se articula com o predicado como determinante. "É assim o tema da comunicação que se faz no predicado, ou seja, o ponto de partida da enunciação lingüística constituída pela oração." O sujeito se caracteriza, em línguas de verbo flexional, pela concordância com o verbo em número e pessoa gramatical; e por uma colocação preferente antes do verbo.

Como tema da comunicação, o sujeito pode não se referir a um ser, mas a um fato. Quando se trata de um ser, não há coincidência necessária entre sujeito e agente, e na construção de voz passiva o sujeito é necessariamente o paciente.

Mattoso Camara reconhece a não coincidência de sujeito com agente, como é o caso de orações do tipo:

João viu Maria.

João ama Maria.

onde "João" é o sujeito, mas não é o agente, pois tais predicções não expressam ação.

Considerando-se as mesmas orações e transformando-as em passivas, temos:

Maria foi vista por João.

Maria é amada por João.

onde "Maria" é, segundo Mattoso, necessariamente o paciente. Se considerarmos paciente não como aquele que "sofre a ação" mas como o conteúdo de uma experiência, (- ação) conforme define Chafe (1979:142) para este exemplo em que "João" é o experienciador, concordamos que neste caso o sujeito da passiva seja o paciente.

Para Mattoso Camara (1981:197), predicação é o resultado do nexos que se estabelece entre um predicado e seu sujeito. Quando, para esse nexos, é suficiente o verbo este se diz de predicação completa. Quando o verbo não prescinde de um complemento, diz-se de predicação incompleta.

Predicado é definido por Mattoso Camara (1981:197-8), como o conjunto enunciativo que, numa oração dada, contém a informação nova para o ouvinte. Em princípio apóia-se num tema já conhecido, que é o sujeito, formando com ele um nexos.

Assim, em:

"Pedro saiu de casa às 3 horas ontem."

o predicado é - saiu de casa às 3 horas ontem, que é a informação que se dá, a propósito de Pedro. O tema, ou sujeito, em que se apóia o predicado, não é, entretanto, indispensável, podendo ficar indeterminado, ou ausente da enunciação.

Mattoso Camara ainda diz que se tem um predicado verbal,

quando o seu núcleo é um processo expresso por uma forma verbal (oração verbal), e um predicado nominal, quando o seu núcleo é um complemento predicativo em nexos com o sujeito (oração nominal); em português o nexo é então expresso pelo verbo ser (relação genérica) ou estar, ficar (que frisam a duração) ou tornar-se (que marca uma mudança); em parecer introduz-se o modo dubitativo.

Exemplos:

"Pedro é bom.

Pedro está zangado.

Pedro tornou-se estudioso.

Pedro parece bom menino."

Com o predicativo de objeto, combina-se na oração o caráter verbal, do nexo entre o verbo e o sujeito, e o caráter nominal do nexo entre o objeto e seu predicativo.

O predicativo do sujeito, para Mattoso Camara (1981:76), é a essência das orações ditas nominais, que se definem por constituírem um nexo entre um sujeito e o seu predicativo, ligadas em regra pelo verbo ser como verbo substantivo ou por alguns outros verbos (estar, ficar, tornar-se, etc.), que não exprimem um processo e, sim, a existência de uma situação.

Em seus exemplos, para provar que tais verbos exprimem a existência de uma situação, encontramos:

"Pedro tornou-se estudioso."

em que, aplicando-se os testes de acontecimento:

Pedro estava tornando-se estudioso.

O que aconteceu a Pedro foi que ele tornou-se estudioso.

vemos que o que se nos apresenta é uma predicação processual,

ou seja, um acontecimento processual. Portanto, para comprovar que o verbo não exprime um processo, utiliza uma predicação processual.

Para Mattoso Camara (1981:180), morfologicamente o objeto direto se caracteriza pela possibilidade de transformação num pronome pessoal adverbial átono de terceira pessoa - o, a, os, as.

Exemplo:

Vi meu irmão = Vi-o.

Nocionalmente se caracteriza por ser indispensável para uma comunicação satisfatória feita em certos verbos, apresentando o alvo do processo verbal sobre o qual incide.

Na estrutura em que o verbo é um nome substantivo, o objeto direto se caracteriza como um complemento não regido de preposição.

1.3.2. Para Macambira (1974:143-6), transitivo "é sinônimo de predicação incompleta". "Predicação é o ato de afirmar alguma coisa sobre outra coisa". Teremos uma predicação completa, se o verbo não exigir complemento; incompleta se o exigir, gerando assim a divisão em verbos transitivos e intransitivos.

Transitivo é o verbo de predicação incompleta, isto é, transita em busca de alguma coisa para completar-se. O processo verbal não termina em si próprio, sendo que o que determina a transitividade é a presença do objeto.

O verbo transitivo direto é aquele que não é regido de preposição para ligar-se ao complemento. Para identificar o verbo transitivo direto, o autor propõe a forma do jogo das 7 palavras:

"Quem ama, ama alguém ou alguma coisa", a pessoa ou a coisa amada é o objeto direto. Para identificar-se o transitivo indireto, o jogo das 9 palavras:

"Quem gosta, gosta de alguém ou de alguma coisa", a pessoa ou a coisa de quem se gosta é o objeto indireto.

Macambira (1974:166-74), define o sujeito sob o aspecto semântico, sob o aspecto sintático e sob o aspecto mórfico:

1) Sob o aspecto semântico diz ele: "Sujeito é o termo sobre o qual se afirma alguma coisa."

Tece uma crítica a autores e afirma que alguns autores ensinam que o sujeito é o agente - aquele que pratica a ação expressa pelo verbo: na voz ativa, é fácil demonstrar isto, em:

"João Batista batizou o Messias."

não há dúvida de que aí o sujeito é o agente do processo verbal.

Mas em:

O enteado apanhava muito da madrasta."

"está sobremodo evidente que o enteado não está praticando nada, mas talvez esperneando e gritando desesperado."

Em:

"Pedro está vendo Paulo."

"o sujeito não está exercendo ação alguma, mas antes sofrendo em sua estrutura ocular. Os olhos captam passivamente os raios luminosos que se concentram na retina de Pedro. Ver, pois, é sofrer: passividade, portanto, e não atividade."

Em:

"Meu filho ama tua sobrinha."

"não é fácil diagnosticar quem é o agente e quem é o paciente do conteúdo verbal - se meu filho, se tua sobrinha, ou se um e outro simultaneamente."

Por outro lado, diz ele, ensinam alguns autores que sujeito é o paciente quando o verbo se acha na voz passiva, o que nem sempre é verdade.

Em:

"Pedro está sendo visto por Paulo."

e

"Tua sobrinha é amada por meu filho."

"se cai na mesma situação discutida na voz ativa. Pedro está emitindo e não recebendo raios luminosos; tua sobrinha pode, conforme o caso, figurar como agente ou paciente do sentimento verbal."

A crítica de Macambira é pertinente quando observa a existência de orações cujo sujeito não está praticando ação alguma, porém atém-se a ela, ignorando a existência de outro tipo de relação entre sujeito e predicação verbal.

Observa que o sujeito não pratica ação alguma mas atribui-lhe uma passividade.

Em:

"O enteado apanhava muito da madrasta."

atribui ao sujeito "o enteado" passividade da predicação.

Já em:

"Pedro está vendo Paulo.

Meu filho ama tua sobrinha."

o sujeito não é agente, como observa o autor, mas também não é paciente conforme sua sugestão, pois os verbos ver, amar não

são agentivos e sim indicadores de acontecimento processual, sendo "Pedro" e "Meu filho", experienciadores.

Vejamos:

O que está acontecendo a Pedro é que ele está vendo Paulo.

O que acontece a meu filho é que ele ama tua sobrinha.

portanto, tais predicções são processuais.

2) Sob o aspecto sintático o autor propõe cinco definições ou provas sintáticas que servem para identificar o sujeito.

a) "Prova do vínculo: é o termo da oração que se liga ao predicado por um vínculo formal, explícito na famosa regrinha: o verbo concorda com o sujeito em número e pessoa.

b) Prova da substituição que se aplica somente à 3ª pessoa: o termo não-preposicionado substituível por ele(s), ela(s) é o sujeito da oração.

c) Prova da pergunta: para encontrar o sujeito, faz-se a pergunta quem? ou o quê? ao verbo. A oração que não comportar esta ou aquela pergunta, impropriamente se denomina oração e gramaticalmente não tem sujeito.

d) Prova da posição: normalmente o sujeito é o termo sem preposição que se antepõe ao verbo. Há vários casos, explicáveis e previsíveis, em que se pode violar esta posição.

e) Prova da passivação, que só atinge as orações em que há objeto direto. O sujeito é o agente da passiva disfarçado:

'Fleming descobriu a penicilina.'

em que o sujeito Fleming pode converter-se no agente da passiva:

'A penicilina foi descoberta por Fleming.'

O autor ainda afirma que estas provas sintáticas são artifícios utilizados pela gramática tradicional, mas nenhuma tem valor absoluto: é preciso, em certas ocorrências, que o analista utilize habilmente as cinco, para estar seguro do que faz e livrar-se de possíveis enganos. Em por exemplo:

"Cristo morreu morte gloriosa na cruz."

a substituição

? Morte gloriosa foi morrida por Cristo na cruz.

é muito extravagante como argumento conveniente.

Fazer e haver, (impessoais), ter, querer, poder, rejeitam a voz passiva participial. Em:

"Faz sete meses;

Hã cem anos;

O homem tem a marca de Deus;

Todos querem a paz;

Deus pode tudo;

não seriam possíveis as transformações:

? Sete meses são feitos;

? Cem anos são havidos;

? A marca de Deus é tida pelo homem;

? A paz é querida por todos;

? Tudo é podido por Deus."

portanto, Macambira observa a existência de orações com "objeto direto" que não aceitam a passiva.

3) Sob o aspecto mórfico. O aspecto formal inclui a classe de palavra ou o tipo de oração que pode exercer a função de sujeito: substantivo, palavra substantivada, pronome, infinitivo, oração reduzida infinitiva, oração subordinada substantiva,

dita subjetiva.

Segundo Macambira (1974:165), o predicado pode ser verbal, nominal ou verbo-nominal. Verbal é o predicado cujo núcleo é constituído por um verbo nocional (não de ligação):

"A mocidade passa com muita rapidez."

em que o predicado verbal é "passa com muita rapidez" e tem o verbo passar como núcleo.

Nominal é o predicado não constituído por um verbo nocional, mas que se une geralmente ao sujeito mediante um verbo relacional:

"O amor é o princípio, o meio e o fim de tudo;

O beijo roubado é sempre o mais doce;

O enfermo está muito mal."

em que o predicado é respectivamente três substantivos, um adjetivo e um advérbio.

O predicado verbo-nominal é a combinação do predicado verbal e do predicado nominal, mas este não se une aparentemente ao sujeito, nem ao objeto direto mediante um verbo de ligação:

"O trem chegou atrasado."

"Considero o casamento renúncia mútua."

em que os predicados verbais "chegou" e "considero o casamento" se combinam, com os predicados nominais "atrasado" e "renúncia mútua."

Macambira (1974:223-33) define o objeto direto sob três aspectos: o semântico, o sintático e o mórfico.

1) Sob o aspecto semântico, sugere várias definições:

Primeira definição: é o termo em que recai imediatamente

a significação do verbo. Em:

"Paulo açoitou João."

é muito fácil aplicar a definição, pois está claro que a significação de açoitar recaiu em "João". Ao contrário em:

"O moleque levou uma surra."

não se vai pensar que a significação de levar recai sobre o objeto direto.

Concluindo, diz: "A definição não deixa de ter o seu valor, mas tem que falhar porque semanticamente o objeto direto é indefinível" (p.224). E acrescenta: "Atente-se que a definição é propriamente semântico - sintática, porque supõe um grupo formado pelo verbo e o termo em que recai a significação, que pode ser um substantivo ou coisa equivalente" (p.224).

Segunda definição: "é o termo que completa a significação do verbo transitivo, chamado direto, porque o substantivo que serve de objeto não é regido de preposição. Em:

"Colombo descobriu novo continente."

"novo continente" completa a significação do verbo descobrir, pois Colombo descobriu está incompleto por faltar a coisa descoberta" (p.224).

Esta definição é muito boa, diz ele, para quem não tem dúvida sobre a predicação do verbo.

Terceira definição: "é o termo sem preposição que esclarece o que se deseja saber do sintagma sujeito-predicado. Em:

"Deus criou."

algo está por saber - a coisa criada, que o objeto direto vai enunciar" (p.224).

2) Sob o aspecto sintático, o autor nos oferece seis provas que determinam a existência do objeto direto:

a) Prova da posposição: é o termo sem preposição que normalmente se pospõe ao verbo. Em:

"Roma destruiu Cartago."

a posição - depois é que determina o objeto direto.

b) Prova da substituição: é o termo substituível pelos pronomes pessoais o, a, os, as, e seus alomorfes.

"Judas traiu seu mestre = Judas o traiu.

O Vesúvio destruiu Pompéia = O vesúvio a destruiu."

em que o objeto direto assume expressão formal ao transformar-se no pronome pessoal correspondente.

c) Prova do disfarce: o objeto direto é um sujeito disfarçado, o que se comprova passando-se a oração para a voz passiva:

Mem de Sá fundou a cidade do Rio de Janeiro =

A cidade do Rio de Janeiro foi fundada por Mem de Sá.

"Alencar iniciou o indianismo no romance =

O indianismo no romance foi iniciado por Alencar."

Para a transformação em voz passiva, deve ler-se a oração às avessas, com o acréscimo de três elementos novos: o verbo ser, o particípio e a preposição por:

"André Rebouças cursou a escola militar.

A escola militar foi cursada por André Rebouças."

O objeto direto de ter, querer, haver e fazer (estes dois como impessoais) não admitem a prova do disfarce:

"O vizinho tem um jipe;

O menino queria o carrinho;
 Houve muito contrabando;
 Fazia cem anos.

não se pode apassivar em:

- ? Um jipe é tido pelo vizinho;
- ? O carrinho era querido pelo menino;
- ? Muito contrabando foi havido;
- ? Cem anos eram feitos."

Assim como Luft, Macambira assinala a existência de verbos transitivos diretos que não admitem passiva mas também não explica o porquê.

d) Prova da pergunta: para encontrar o objeto direto, faz-se a pergunta quem? ou o quê? depois e não antes:

"Calabar denunciou Tiradentes."

- Denunciou quem?

- Tiradentes (objeto direto).

e) Prova de pluralização: o objeto direto, ao contrário do sujeito, é um termo que não se altera, se o verbo passar do singular para o plural, ou do plural para o singular. Em:

"A seca ameaçava a fazenda."

a pluralização do verbo não afeta o objeto direto, mas apenas o sujeito:

"As secas ameaçavam a fazenda."

f) Prova do relativo: é o termo que pode ser seguido pelo relativo "que" mais o sujeito, colocado este entre o relativo e o verbo, na seguinte transformação:

"Tu vendeste a casa = a casa que tu vendeste;

O menino quebrou a vidraça = a vidraça que o menino quebrou."

As seis provas acima citadas são definições sintáticas do objeto direto em contraposição às definições semânticas.

3) Sob o aspecto mórfo: o aspecto formal inclui a classe de palavra ou o tipo de oração que pode exercer a função de objeto direto: substantivo, palavra substantivada, pronome, infinitivo, prova de que o infinitivo exerce a função de objeto direto é a substituição por o e por isto. E ainda:

Oração reduzida infinitiva, dita objetiva direta;

Oração subordinada substantiva, dita objetiva direta que pode ser constituída por:

- a) objeto direto oracional encabeçado pelas integrantes que e se;
- b) objeto direto oracional encabeçado por um membro do grupo *qu*.

1.3.3. Crítica à Gramática Estrutural

No estruturalismo o tratamento da transitividade verbal parece ser coerente em suas definições, tal como se verifica nas definições propostas por Mattoso e Macambira (Veja itens 1.3.1 e 1.3.2).

Em síntese, Mattoso define transitividade como a necessidade que há em muitos verbos de se acompanharem de um objeto direto que lhes complete a predicação.

Macambira define transitivo como o verbo cujo processo transita do sujeito para o objeto. O processo verbal não termina em si próprio, o que determina a transitividade é a presença

do objeto.

Resta-nos, no entanto, questionar a definição de transitividade dada por Macambira fazendo referência a processo. Dentro de nosso entendimento, processo implica apenas acontecimento e no entanto, existem verbos transitivos que expressam estado.

Também em relação a Macambira podemos dizer que ele arrola uma série de provas didáticas dentre as quais assinala a prova do disfarce, dizendo que "o objeto direto é um sujeito disfarçado". Na definição de sujeito, lista 5 definições ou provas sintáticas para identificá-lo. E no final diz que tais provas são apenas artifícios utilizados pela gramática tradicional, mas nenhuma tem valor absoluto. Da mesma forma, para identificar o verbo transitivo direto, o autor propõe a forma do jogo das 7 palavras: "Quem ama, ama alguém ou alguma coisa".

Vemos, assim que o estruturalismo, contrariamente à gramática tradicional, usa critérios sintáticos para a análise de noções sintáticas.

1.4. Contribuição da Gramática Gerativo-Transformacional

Chomsky (1965) (1978:147-8), analisando as funções gramaticais subjacentes ou profundas, considera que para uma frase como:

(1) "A sinceridade pode assustar o rapaz."

uma gramática tradicional apresentaria as seguintes informações:

- a) uma categorização ou análise em constituintes;
- b) uma descrição das funções;

c) uma subcategorização ou análise componencial das palavras.

Em seguida, mostra como uma gramática gerativa deve apresentar tais informações, pois as informações da gramática tradicional se restringem apenas à estrutura superficial, sendo que suas proposições se referem às funções de estrutura profunda.

Segundo Chomsky (1978:153-9), a noção de "sujeito", por oposição à noção de "SN", designa uma função gramatical e não uma categoria gramatical. Trata-se de uma noção intrinsecamente relacional.

Noções funcionais como "Sujeito", "Predicado" devem ser rigorosamente distinguidas de noções categoriais como "Sintagma Nominal", "Verbo", termos que usualmente são empregados um pelo outro. O erro fundamental que consiste em considerar como categoriais noções funcionais é de certo modo encoberto em exemplos como:

"A sinceridade pode assustar o rapaz."

onde há um só Sujeito, um só Objeto e um só Verbo Principal, podendo a informação relacional ser facultada pela intuição do leitor. Já se se considerar frases como:

"João foi persuadido pelo Bill a partir."

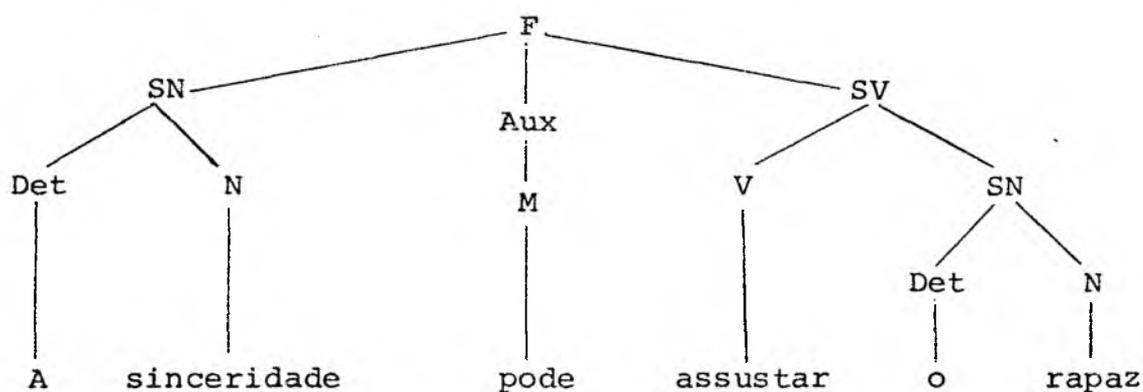
onde se concretizam muitas funções gramaticais, algumas delas por um mesmo sintagma, sendo "João" ao mesmo tempo Objeto de "foi persuadido" e sujeito de "partir", a coisa não é tão evidente. Sendo, portanto, Bill o "Sujeito lógico" da frase e não João, que é o chamado "Sujeito Gramatical" da frase, isto é, o sujeito ao nível da Estrutura Superficial. Neste caso, a impossibilidade de uma interpretação categorial de noções funcio-

nais torna-se evidente, sendo a estrutura profunda onde estão representadas as funções gramaticais significativas muito diferente da estrutura de superfície. São exemplos deste tipo que dão à teoria da gramática transformacional a sua motivação inicial e a sua justificação empírica. Isto é, uma frase como:

João foi persuadido pelo Bill a partir.

terá um substrato que consistirá numa sucessão de Indicadores Sintagmáticos de base, cada um dos quais representará uma parte da informação semanticamente pertinente relativamente às funções gramaticais.

Desenvolvendo um tratamento uniforme à questão de apresentar de forma explícita e adequada a informação relativa às funções gramaticais, limitando-se aos Indicadores Sintagmáticos de base, diz: - dado o Indicador Sintagmático (3):



gerado pela regra (5)

(i) $F \longrightarrow SN \text{ --- } Aux \text{ --- } SV$

$SV \longrightarrow V \text{ --- } SN$

$SN \longrightarrow Det \text{ --- } N$

$SN \longrightarrow N$

$Det \longrightarrow O, A$

$Aux \longrightarrow M.$

(ii) $M \longrightarrow pode$

$N \longrightarrow sinceridade$

N → rapaz
 V → assustar

teremos como resultado que sinceridade entra na relação [SN, F] com a sinceridade pode assustar o rapaz, assustar o rapaz entra na relação [SV, F] com a sinceridade pode assustar o rapaz, o rapaz entra na relação [SN, SV] com assustar o rapaz, e assustar entra na relação [V, SV] com assustar o rapaz.

Supondo que foram propostas as seguintes definições gerais:

- (11) (i) Sujeito de: [SN, F]
 (ii) Predicado de: [SV, F]
 (iii) Objeto direto de: [SN, SV]
 (iv) Verbo Principal de: [V, SV]

torna-se possível dizer então que relativamente ao Indicador Sintagmático (3) gerado pelas regras (5), sinceridade é o sujeito da frase a sinceridade pode assustar o rapaz, sendo assustar o rapaz o seu Predicado; e o rapaz é o Objeto Direto do Sintagma Verbal assustar o rapaz, sendo assustar o seu Verbo Principal. Definições estas deriváveis da própria gramática (regra 5). São definições que devem ser consideradas como pertencendo à teoria lingüística geral; fazem parte do processo geral que consiste em atribuir uma descrição estrutural completa a uma frase, dada uma gramática.

No caso de:

"João foi persuadido pelo Bill a partir."

as funções gramaticais também podem ser diretamente dadas pelas regras de reescrita que geram os Indicadores Sintagmáticos de base que estão subjacentes a estas frases, e estes apresentarão a informação funcional semanticamente pertinente, exatamente

como no caso de (3).

"Note-se que o alcance geral das definições (11) depende do pressuposto de os símbolos F, SN, SV, N e V terem sido caracterizados como universais gramaticais [...]. Independentemente disto, é provável que estas definições sejam demasiado restritivas para poderem funcionar como explicações gerais das funções gramaticais tradicionalmente reconhecidas, pelo fato de conterem implícita uma especificação substantiva demasiado limitada da forma da gramática" (Chomsky, 1978:158).

Tomando-se a frase A sinceridade pode assustar o rapaz, as relações gramaticais existentes entre sinceridade e assustar (Sujeito-Verbo) e entre assustar e o rapaz (Verbo-Objeto), poderão ser definidas por derivação a partir das noções funcionais acima propostas. Podendo-se definir Sujeito-Verbo como a relação entre o Sujeito de uma frase e o Verbo-Principal do Predicado-da Frase, sendo Sujeito-de, Verbo-Principal-de e Predicado-de noções de (11); e pode definir-se Verbo-Objeto como a relação entre o Verbo-Principal-de e o Objeto-Direto-de um SV. Contudo, não dispomos, acrescenta Chomsky, de um princípio que nos permita distinguir a relação gramatical legítima e tradicionalmente reconhecida Sujeito-Objeto da pseudo-relação irrelevante Sujeito-Objeto. "A gramática tradicional parece definir aquelas relações em que é possível reconhecer restrições de seleção entre as categorias associadas. Assim, a escolha do Verbo-Principal é determinada pela escolha do Sujeito e do Objeto", (p.158-9) embora sejam geralmente escolhidos independentemente um do outro e nessa medida, não entrem numa relação gramatical do tipo em questão.

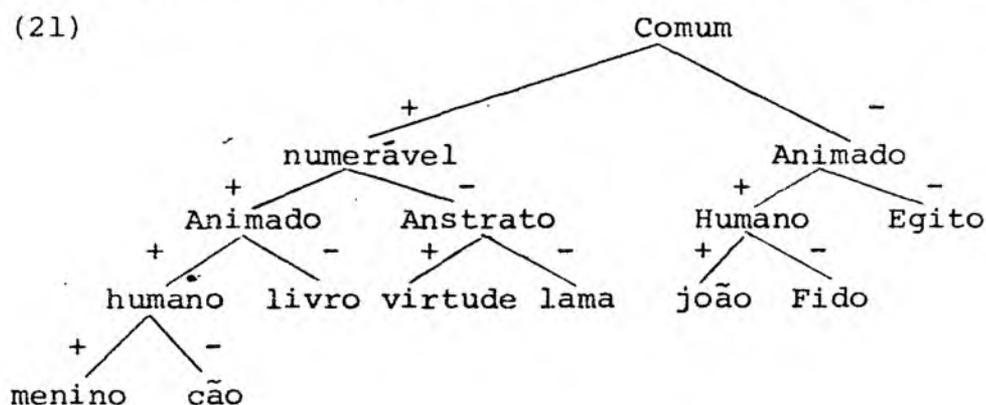
Em resumo, através de definições gerais adequadas das noções relacionais, as informações funcionais podem ser extraídas

diretamente dos Indicadores Sintagmáticos que são geradas por regras de reescrita simples como (5), a informação necessária encontra-se já implicitamente contida no sistema de regras de reescrita elementares.

Além da análise em categorias e funções gramaticais, Chomsky (1978:168-72) analisa também os traços sintáticos, dizendo: - "A cada formativo lexical será associado um conjunto de traços sintáticos (assim rapaz terá os traços sintáticos [+ comum], [+ Humano], etc.). Além disso, os símbolos que representam as categorias lexicais (N, V, etc.) serão analisados pelas regras em símbolos complexos, sendo cada símbolo complexo um conjunto especificado de traços sintáticos..." Isso dado, poderíamos ter as seguintes regras gramaticais:

- (20) (i) $N \longrightarrow [+N, \pm \text{Comum}]$
 (ii) $[+ \text{Comum}] \longrightarrow [\pm \text{Numerável}]$
 (iii) $[+ \text{Numerável}] \longrightarrow [\pm \text{Animado}]$
 (iv) $[- \text{Comum}] \longrightarrow [\pm \text{Animado}]$
 (v) $[+ \text{Animado}] \longrightarrow [\pm \text{Humano}]$
 (vi) $[- \text{Numerável}] \longrightarrow [\pm \text{Abstrato}]$

O resultado global das regras (20) pode ser representado pelo diagrama em árvore (21). Nesta representação cada nó é etiquetado com um traço e as linhas são etiquetadas com + ou -.



Retomando-se o exemplo:

A sinceridade pode assustar o rapaz.

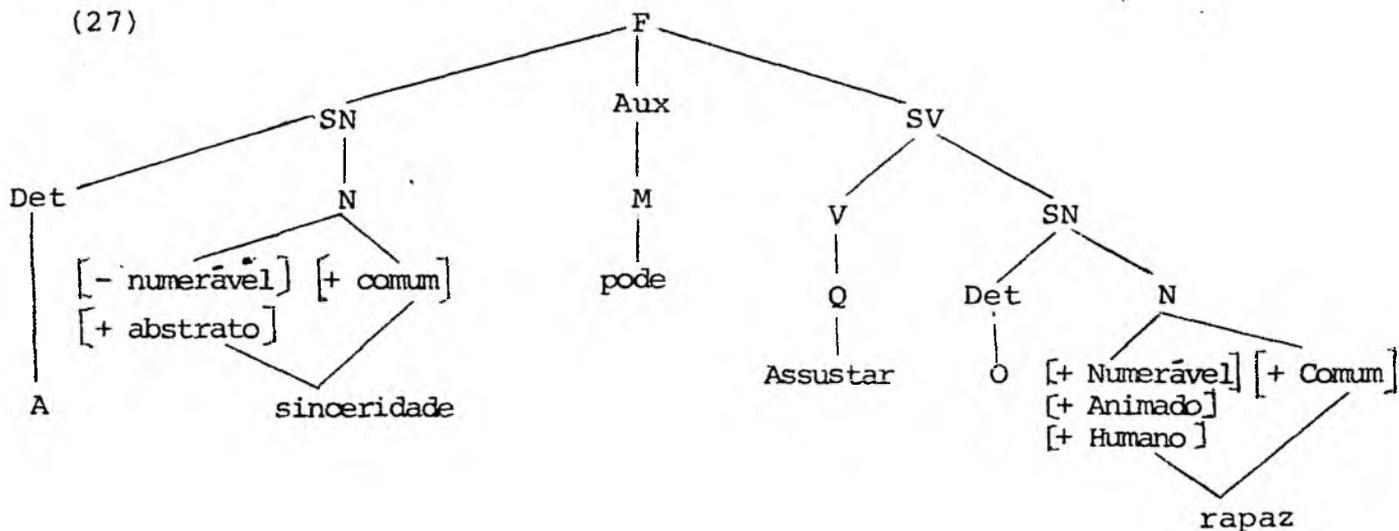
em vez da gramática (5) temos agora uma gramática que compreende as regras de ramificação (5 i), conjuntamente com as regras de subcategorização (20), e incorpora um léxico que compreende as entradas (25).

- (25) (sinceridade, [+ N, - Numerável, + Abstrato])
 (rapaz, [+ N, + Numerável, + Comum, + Animado, + Humano])
 (poder [+ M])

Estas regras permitem-nos gerar a seqüência pré-terminal.

- (26) [+ N, - Numerável, + Abstrato] $\widehat{M} \widehat{Q} \widehat{O}$ [+ N, + Numerável, + Animado, + Humano]

Sendo Q o símbolo complexo em que V é analisado. A regra lexical autoriza-nos a inserir sinceridade no lugar do primeiro símbolo complexo, e rapaz no lugar do último símbolo complexo de (26), e inserir assustar no lugar de Q e poder no de M. Com exceção de assustar, toda a informação acerca da frase em questão, é agora na sua totalidade e de maneira explícita, fornecida pelo Indicador Sintagmático gerado pela gramática constituída pelas regras (5 i), (20) e pelo léxico (25). O que sob a forma de diagrama teríamos



Caso o léxico compreenda uma informação específica complementar acerca dos itens lexicais que ocorrem em (26), essa informação aparecerá também no Indicador Sintagmático, representada em termos dos traços que ocorrem numa posição dominada pelas categorias lexicais N e V, e dominando, por sua vez, o formativo em causa.

Quanto à transitividade, Chomsky (1978:176-82) analisa a categoria V em um símbolo complexo, dizendo que é necessário fornecer regras que determinem se um V pode ou não ser transitivo.

O problema está em que uma ocorrência do símbolo categorial V só pode ser substituída por um símbolo complexo que contenha o traço [+ transitivo] se figurar no contexto — SN. Da mesma maneira, o Verbo só pode ser especificado positivamente relativamente ao traço Sujeito-Abstrato, no caso de figurar no contexto [+ Abstrato]... —; e só pode ser especificado positivamente com respeito ao traço Objeto-Animado, caso figure no contexto —... [+ Animado]; De igual modo com os demais traços lexicais que intervêm na formulação de restrições contextuais. Logo, os traços [Transitivo], [Sujeito-Abstrato], [Objeto-Animado] terão que ser introduzidos por regras de reescrita sujeitas a restrições baseadas no contexto, o que as distingue das regras que subcategorizam os Nomes e que são independentes do contexto.

Considerando na análise de V regras do tipo:

- (29) (i) $V \rightarrow [+V, +\text{Transitivo}]/ \text{— SN}$
 (ii) $V \rightarrow [+V, -\text{Transitivo}]/ \text{— \#}$

- (30) (i) $[+V] \rightarrow [+ \text{Sujeito } [+ \text{Abstrato}]]/ [+N, + \text{Abstrato}] \text{ Aux —}$
 (ii) $[+V] \rightarrow [+ \text{Sujeito } [- \text{Abstrato}]]/ [+N, - \text{Abstrato}] \text{ Aux —}$

- (iii) $[+ V] \longrightarrow [+ \text{ Objeto } [+ \text{ Animado }]] / \text{--- Det } [+ N, + \text{ Animado}]$
 (iv) $[+ V] \longrightarrow [+ \text{ Objeto } [- \text{ Animado }]] / \text{--- Det } [+ N, - \text{ Animado}]$

Portanto, o símbolo da categoria $+ [V]$ é atribuído ao Verbo, sendo o Verbo classificado em Transitivo através de regras de subcategorização estrita que toma um objeto / + --- SN. Adicionando os traços seletoriais para indicar o tipo de Sujeito SN e Objeto SN exigidos pelo Verbo, essas regras seletoriais tomam a forma de $[+ SN x \text{ --- } SNy]$, sendo x e y traços seletoriais do sujeito e do objeto respectivamente. Dentre os traços arrolados, somente o último é usado para substituir os dois símbolos [x e y]. Assim, temos a classificação de Verbos, em termos de regras de subcategorização estrita que subcategorizam os verbos em termos das categorias que os cercam, sendo os verbos classificados em transitivos ou intransitivos, dependendo se eles pedem ou não um objeto direto; e seletoriais, que especificam os verbos em termos de nomes e seus traços na posição de sujeito e objeto.

Portanto, para a frase:

A sinceridade pode assustar o rapaz.

para assustar, verbo transitivo, as duas regras especificam o seguinte:

$$V \longrightarrow [+ V, + \text{ --- } SN] \text{ subcategorização estrita}$$

$$[+ V, + \text{ --- } SN] \longrightarrow [+ SN \text{ --- } SN] \text{ regras seletoriais}$$

+ abst. + hum.

Porém, se tomarmos exemplos como:

João matou Maria.

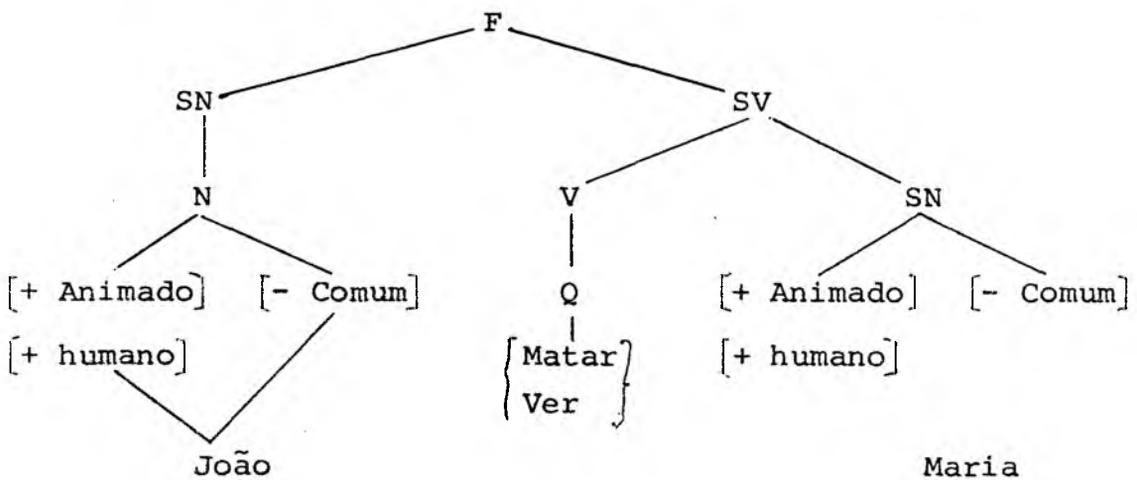
onde teríamos a regra pré terminal

$[+ N, - Comum, + Animado, + humano]$ — Q — $[+ N, - Comum + Animado + humano]$

ou: João viu Maria.

$[+ N, - Comum + Animado, + humano]$ — Q — $[+ N, - Comum + Animado + humano]$.

O que, sob a forma de diagrama, daria para ambas:



Para matar, verbo transitivo, as duas regras especificam o seguinte:

$$V \longrightarrow \begin{array}{l} [+ V, + \text{ ————— } SN] \\ [+ V, + \text{ ————— } SN] \longrightarrow \begin{array}{l} [+ SN \text{ ————— } SN] \\ + hum. \qquad + hum. \end{array} \end{array}$$

o mesmo ocorrendo para ver, verbo transitivo:

$$V \longrightarrow \begin{array}{l} [+ V, + \text{ ————— } SN] \\ [+ V, + \text{ ————— } SN] \longrightarrow \begin{array}{l} [+ SN \text{ ————— } SN] \\ + hum. \qquad + hum. \end{array} \end{array}$$

Analisando-se a exposição da gramática gerativo-transfor-

macional, que critica a gramática tradicional e surgiu com o intuito de resolver os problemas da língua, vemos que, não menos que a gramática tradicional, também é falha. Vejamos: de acordo com a gramática tradicional, em exemplos como:

João matou Maria.

matar é sintaticamente um verbo transitivo e a ação referida passa do agente para o paciente, mas em:

João viu Maria.

embora as relações sintáticas com os dois nomes sejam as mesmas e ver seja considerado verbo transitivo, não temos no caso nenhuma ação que passe do agente para o paciente; portanto, tal gramática não dá conta de tais casos, pois ignora a diferença existente entre os verbos.

Agora, baseando-nos na gramática transformacional, nos deparamos com o mesmo problema. Tomando-se os mesmos exemplos, temos as regras que selecionam o sujeito em [+ humano] e o objeto em [+ humano] para ambos os casos, portanto este método é também inadequado para a classificação de tais verbos, não dando conta da diferença entre eles. Diferença esta que procuraremos resolver no decorrer deste trabalho.

Retomando a discussão em (1.1), Lyons afirma que a definição de transitividade da gramática tradicional é falha porque não dá conta da diferença existente entre os verbos ferir e ouvir, nas orações:

'Eu o firo'.

'Eu o ouço'.

onde verbo transitivo era definido como aquele cujo efeito da ação expressa pelo verbo passa do agente para o paciente, e que

apenas dava conta do verbo ferir na oração acima, mas, no tocante ao verbo ouvir, tal definição era falha, não dando conta da 2ª oração.

Mais adiante, em (1.4), Chomsky define verbo transitivo em termos de regras de subcategorização, que podem ser de dois tipos:

- 1) regras de subcategorização estrita;
- 2) regras seccionais.

Porém, este último tipo de regras (seccionais) também não distingue os verbos arrolados por Lyons. Senão, vejamos:

Eu o firo.

SN + hum SN + hum (regras seccionais)

Eu o ouço.

SN + hum. SN + hum.

Logo, a distinção também não é feita no modelo gerativo-transformacional.

No modelo do qual vamos falar no capítulo II (gramática de casos, proposto por Charles Fillmore e Chafe), estes verbos transitivos seriam assim analisados:

A O

Eu / o / firo.

E O

Eu / o / ouço.

onde ferir é um verbo transitivo de dois argumentos, agentivo(A) (isto é, verbo que expressa uma ação), e esta ação pode ser detectada pelo seguinte teste:

O que eu fiz foi feri-lo.

Aplicando-se, porém, o mesmo teste para a oração (Eu o ouço) este é rejeitado

? O que eu fiz foi ouvi-lo.

Logo, ouvir não é agentivo. Pode-se, no entanto, aplicar o seguinte teste para predicacões processuais (isto é, predicacões de acontecimento não-agentivo), sendo pertinente ao caso:

O que aconteceu a mim foi que eu o ouvi.

Além de processual, o verbo ouvir em português expressa uma sensação, sendo portanto, um verbo sensitivo (de experiência).

Logo, a distinção entre os dois verbos é feita da seguinte maneira (conforme a teoria de casos).

ferir, v.t. é um verbo de dois argumentos, agentivo (A, O);

ouvir, v.t. é um verbo de dois argumentos, processual e de experimentação (E, O).

Estudando-se os verbos matar v.t. e ver v.t., vemos que são analisados da mesma maneira que ouvir, v.t. e ferir, v.t.

matar, v.t. é um verbo de dois argumentos, agentivo (A, O);

ver, v.t. é um verbo de dois argumentos, processual e de experimentação (E, O).

1.4.1. Crítica à Gramática Gerativo-Transformacional

Para Chomsky, noções funcionais como sujeito e predicado, não deveriam ser confundidas com noções categoriais Sintagma Nominal e Verbo.

Sua análise parte de um nóculo superior S (sentença), onde as relações entre sujeito-verbo e verbo-objeto são definidas por derivação a partir de noções funcionais.

Regras de subcategorização estrita e regras seletivas classificam o verbo. Assim sendo, na predicação, são os nomes que determinam o tipo de verbo.

$$\begin{array}{l} \text{transitivo} \longrightarrow [+V, + \text{---} \text{SN}] \\ [+V, + \text{---} \text{SN}] \longrightarrow \begin{array}{cc} [\text{SN} \text{---} \text{SN}] \\ \text{hum.} \qquad \text{hum.} \end{array} \end{array}$$

As regras seletivas não dão conta de diferenças entre verbos como matar, v.t. e amar, v.t. em orações como:

a) Ana matou Paulo.

b) Ana ama Paulo.

onde, ambas as predicções são transitivas e subcategorizam o verbo em:

$$[+V, + \text{---} \text{SN}]$$

e, as duas regras especificam o seguinte para a) e b):

$$\begin{array}{l} \text{transitivo} \longrightarrow [+V + \text{---} \text{SN}] \\ [+V, + \text{---} \text{SN}] \longrightarrow \begin{array}{cc} [\text{SN} \text{---} \text{SN}] \\ + \text{hum.} \qquad + \text{hum.} \end{array} \end{array}$$

portanto, pelas regras seletivas, a oração a) difere da b) não no sujeito nem no objeto, selecionados pelo traço [+humano] em ambos os casos, mas sim dentro do significado do próprio verbo, sendo em a) agentivo.

Embora sujeito e objeto sejam definidos pelos traços seletivos como [+humanos] em ambos os casos, há diferença no conteúdo verbal para as duas orações.

A diferença para a) e b) está dentro do significado do próprio verbo, sendo em a) um verbo agentivo, daí o sujeito ser agente, e em b) um verbo processual, cujo sujeito já não é agente e sim experienciador. Portanto, embora nos dois casos o

sujeito seja selecionado como [+ humano] pela gramática transformacional, vemos que não desempenham a mesma função.

Daí concluímos que a proposta da gramática transformacional não dá conta da diferença entre predicções do tipo tratado acima, pelo fato de desconsiderarem a existência de verbos transitivos não-ativos, sendo portanto, este enfoque inadequado para a definição de predicções em Português.

Um método que nos parece mais adequado será proposto a seguir pela gramática de casos.

NOTAS DO PRIMEIRO CAPÍTULO

¹Aristóteles notou que certas variações sistemáticas nas formas do verbo poderiam relacionar-se com certas noções de tempo como "presente" ou "passado" (Lyons, 1979:11).

²Construções como "Fique magro, João!" só serão possíveis quando se causativiza o verbo processual.

CAPÍTULO II

2.0. Introdução

Como as gramáticas tradicional, estrutural e transformacional (veja Capítulo I) não dão conta de certos problemas da língua portuguesa, que nos propusemos examinar, analisaremos, a seguir, os modelos desenvolvidos por Fillmore (1968-1971) e Chafe (1970), estabelecendo a estrutura da gramática de casos dos referidos autores, com algumas contribuições de Cook (1976).

Em cada modelo, a análise se ocupará em descrever:

- a) representação semântica;
- b) lista de casos;
- c) tipos de verbos;
- d) relação das entradas lexicais.

2.1. O Modelo de Fillmore (68)

Chomsky (1965) adicionou à Gramática Gerativo-transformacional o componente semântico, influenciado por Katz e Fodor,

associando assim o som e o sentido das sentenças geradas por uma gramática. Modificou ainda, aceitando uma hipótese de Katz e Postal, 1964, o funcionamento do componente sintático da gramática, subdividindo o componente categorial em:

- a) componente categorial (contendo regras sintagmáticas);
- b) léxico (contendo regras de inserção lexical).

No modelo de 1957 "Syntactic Structures", diferentes sentenças de diferentes sentidos eram geradas pelo componente sintagmático, aplicando-se diferentes transformações opcionais a partir de um único marcador sintagmático.

No modelo de 1965, "Aspects", considerado o modelo clássico, a descrição da diferença estrutural entre sentenças de diferentes sentidos se processa por diferentes escolhas de diferentes regras sintagmáticas da base. Nesta regra, não há mais a inserção de itens lexicais, cabendo esta função a regras do léxico. A base da gramática é formada pelo sistema categorial e o léxico, que determinam a geração de um número infinito de marcadores sintagmáticos que representam as estruturas profundas, estas determinam o sentido de uma sentença, uma vez que as transformações não alteram o sentido da sequência gerada pela base.

A estrutura profunda, produzida pelo componente de base vai ser a entrada de dois componentes: o semântico e o transformacional.

As transformações são as regras que transformam estruturas profundas em estruturas superficiais, estas vão ser a entrada do componente fonológico, cujas regras atribuem a cada estrutura superficial a sua representação fonética.

As estruturas profundas servem de entrada ao componente

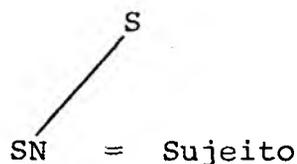
semântico, este converte uma estrutura profunda em uma representação semântica.

Para Chomsky, o componente sintático é o componente central da gramática; o componente semântico e o componente fonológico são meramente interpretativos (Bernard Pottier, in Lobato 1977:9-17).

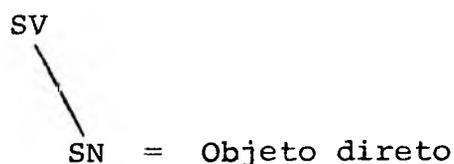
Tal como Chomsky, Fillmore também considera a sintaxe como central, e assim, propõe uma "gramática de casos" em termos sintáticos, mas fazendo importantes objeções ao modelo chomskyano:

a) Expressão das relações gramaticais (Sujeito/Objeto)

Para Chomsky 1965 (1978:60), é no nível da estrutura profunda que se definem relações funcionais como Sujeito-de e Objeto-de, sendo representadas em noções categoriais. Desse modo, a noção de Sujeito pode ser identificada como a relação entre um sintagma nominal (SN) e uma sentença (S) imediatamente dominante:



e a noção de Objeto Direto, pode ser equacionada como a relação existente entre um sintagma nominal (SN) e um sintagma verbal (SV) imediatamente dominante:



Uma vez que SN e SV estão na estrutura profunda, Sujeito e Objeto estão nesta estrutura.

Sujeito e Objeto, segundo Fillmore, expressam apenas relações superficiais. Os conceitos de Sujeito e Objeto, de acordo com ele, não devem ser incluídos na estrutura profunda, já que tais noções têm significação semântica apenas na estrutura superficial.

Sujeito de superfície, ou sujeito gramatical, com frequência não corresponde ao sujeito lógico da sentença.

Em orações como:

Mauro encheu a caixa.

Mauro tem uma casa.

Chomsky analisa "Mauro" em ambos os casos como sujeito; "a caixa" e "uma casa" como objeto.

Fillmore, em sua análise estabelece uma distinção entre o sujeito nas duas frases. Em:

Mauro encheu a caixa.

o verbo encher v.t., exige alguém que pratique a ação indicada pelo verbo, um Agente, sendo portanto, "Mauro" o Agente da oração.

Já em:

Mauro tem uma casa.

"Mauro" não pratica nenhuma ação, logo não é mais o Agente e sim o Dativo (para Fillmore 68; Benefactivo para Chafe, 1979: 152) mesmo estando na mesma posição sintática da oração anterior. O verbo ter não requer agente, não exprime ação, expressa posse.

Para os verbos ver e matar nestas orações, as regras se-
lecionais estão assim especificadas:

$$\text{ver } [+ V, + \text{ ——— SN}] \longrightarrow \begin{matrix} [\text{SN} \text{ ——— SN}] \\ + \text{ hum.} \quad + \text{ hum.} \end{matrix}$$

$$\text{atingir } [+ V, + \text{ ——— SN}] \longrightarrow \begin{matrix} [\text{SN} \text{ ——— SN}] \\ + \text{ hum.} \quad + \text{ hum.} \end{matrix}$$

Fillmore propõe uma estrutura profunda com um método mais simples de classificação de verbos, uma vez que considera o método de Chomsky inadequado. Esta estrutura profunda envolve um verbo e uma série de marcadores casuais de nomes. Uma estrutura de casos num dado contexto em que o verbo pode aparecer substitui as regras de subcategorização estrita; traços associados a casos individuais substituem as regras seccionais.

Dentro desse método, a análise das orações será a seguinte:

Pedro / viu / Maria.
D O

Ver + [——— D, O]

onde Pedro é o Dativo (Fillmore, modelo 68; no modelo 71, Experienciador, expressa sensação, emoção, conhecimento), e Maria é o Objeto (o conteúdo) da experiência de Pedro.

Pedro / matou / Maria.

matar + [——— A, O]

onde Pedro é o Agente (causador da ação) e Maria o Objeto afetado pela ação de Pedro.

Portanto, diante da análise exposta através das orações acima, a estrutura profunda proposta por Fillmore é mais profun-

Expande-se em fórmulas como:

$V + A, V + O + A, V + D, V + O + I + A, \text{ etc.},$ representável por:

$$R_2 \quad P \longrightarrow V + (A) (D) (O) \dots$$

ou

$$R'_2 \quad P \longrightarrow V + C_1 + \dots + C_n$$

onde C significa caso.

$$R_3 \quad \left\{ \begin{array}{c} A \\ D \\ O \end{array} \right\} \longrightarrow K + SN$$

Tal regra reescreve os constituintes não verbais em $K + SN$, onde K indica o caso e o SN deve ser reescrito conforme:

$$R_4 \quad SN \longrightarrow (Det) (N) (S)$$

Sendo: Det = determinante

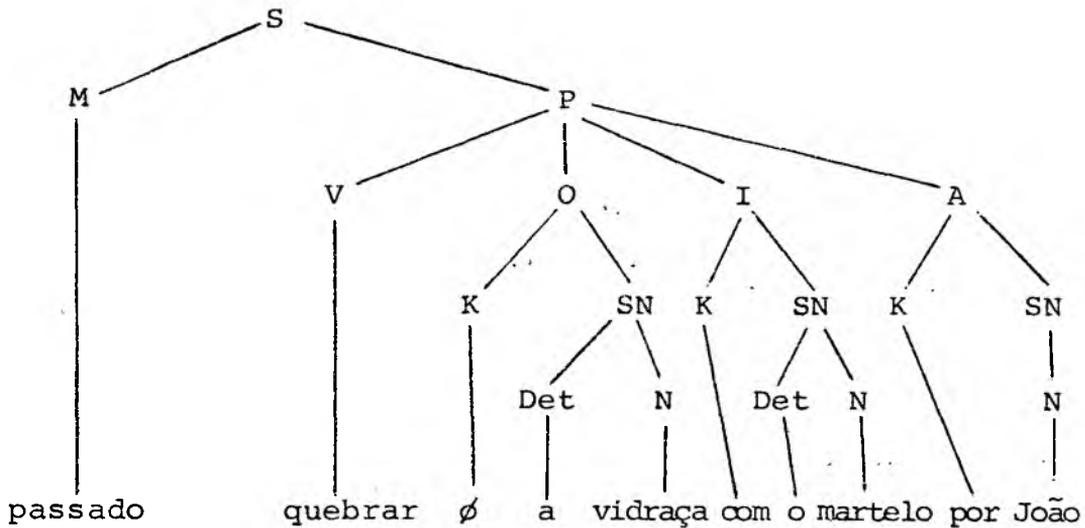
N = nome

S = sentença

As noções de casos compreendem uma classe de conceitos universais inatos, que identificam julgamentos feitos pelos seres humanos, a respeito dos acontecimentos, em torno deles.

Uma outra característica do modelo de Fillmore 68 é a presença de preposições na estrutura profunda.

Para exemplificar, a estrutura profunda do modelo 68 é a seguinte:



Chega-se à estrutura superficial através de derivações, e das regras de formação de sujeito e objeto.

2.1.2. Sistema de Casos

Os casos identificam os papéis que as entidades assumem na predicação e que pertencem a um repertório determinado para todas as línguas, sendo alguns dos universais lingüísticos.

Segundo Fillmore, o sistema de casos em uma gramática casual deve atender aos seguintes itens:

- a) Lista de casos em pequeno número;
- b) Suficiente para a classificação dos verbos;
- c) Que tenha validade translingüística (Cook 1976).

Uma lista de casos é mais completa quando é necessária e suficiente para explicar todos os casos da língua.

Os casos devem ser definidos em seu conteúdo proposicional, e com esta definição estaremos fazendo distinção entre os casos proposicionais e modais (Cook, 1976:53).

Já que o modelo 68 se caracteriza pela separação entre Proposição e Modalidade, faremos algumas referências a casos proposicionais e casos modais.

Casos Proposicionais: são aqueles exigidos pelo significado do verbo e fazem parte da valência semântica do verbo.

Casos Modais: são aqueles não exigidos pelo significado do verbo.

A diferença entre casos modais e proposicionais é colocada por Cook (1978, in Souza 1985:15).

"Casos relacionados diretamente na estrutura de casos são chamados casos proposicionais. Casos que não fazem parte da estrutura de casos são chamados casos modais. Os casos modais são sempre opcionais na estrutura; casos proposicionais podem ser obrigatórios ou opcionais na estrutura de casos do verbo."

O nódulo proposicional domina casos proposicionais; o nódulo modalidade domina os casos modais, que, por definição, estão relacionados à modalidade inteira. Os casos modais são relações entre advérbios - verbo, referindo-se a tempo, lugar, circunstância; os casos proposicionais são relações nomes - verbos, podendo haver advérbios, tais como, aqui, etc. que são proposicionais, referindo-se aos aspectos centrais.

Os casos proposicionais podem ser definidos em termos de traços semânticos (causa, ação, efeito, etc.), e se distinguem dos traços lexicais dos nomes (potente, animado, etc.). Por outro lado, os casos modais, fora da estrutura de caso dos verbos, não possuem traços, dependendo completamente do seu conteúdo lexical para diferenciação ou interpretação.

Fillmore (1968, in Lobato 1977:299-300) faz algumas observações sobre os casos, relacionando seus casos proposicionais:³

Agentivo (A) - "O caso do instigador da ação identificada pelo verbo, instigador esse tipicamente animado⁴". Sua ocorrência se dá como sujeito e como locução prepositiva.

"João / abriu / a porta."

A

A = Sujeito

"A porta / foi aberta / por João."

A

A = Locução prepositiva

Instrumental (I) - "O caso da força ou objeto inanimado, causalmente implicado na ação ou estado identificados pelo verbo." Sua ocorrência se dá como sujeito, objeto direto ou em locução prepositiva com a preposição com.

O martelo / quebrou / a vidraça.

I

I = Sujeito

João / usou / o martelo.

I

I = Objeto direto

João / quebrou / a vidraça / com o martelo.

I

I = Locução prepositiva.

Chafe 1970 (1979:157) define Instrumento como sendo "um objeto que desempenha um papel no desencadeamento de um processo, não sendo, porém, a força motivadora, a causa ou instigador. É subsidiário para o Agente - algo que o agente usa." Considera, então, instrumento "como uma das relações possíveis entre um nome e um verbo." Arrola o caso... Instrumento como caso proposicional, porém sua definição nos induz a considerá-lo como caso modal.

Para Cook (1976), "o caso Instrumento é um caso ambíguo e parece ser mais modal do que proposicional. Nas locuções preposicionais, o instrumento é o modificador de uma atividade. Como objeto direto de uso, pode ser considerado um caso objeto, como sujeito pode ser absorvido pelo caso agente, se estendermos a noção de agente, não só a nomes animados, mas também a nomes inanimados."

Dativo (D) - "O caso do ser animado afetado pelo estado ou ação identificados pelo verbo." Sua ocorrência se dá como sujeito, como objeto direto e como objeto indireto, este com as preposições para ou por.

João / acreditava / no concurso.
D

D = Sujeito

João / deu / flores / para Maria.
D

D = Objeto indireto

Factitivo (F) - "O caso do objeto ou ser resultante da ação ou estado identificado pelo verbo, ou compreendido como parte do significado do verbo." Sua ocorrência se dá como objeto criado.

"João / construiu / a mesa."
F

F = Objeto direto (criado)

A mesa é o resultado da ação de João, ela não existia e João a construiu, portando objeto criado ao qual se atribui o caso Factitivo; diferente de:

"João / estragou / a mesa."
O

O = Objeto direto (afetado)

Onde, a mesa já existia, não foi criada por João, a ação de João provocou uma mudança no estado da mesa, tornando-a estragada, portanto objeto afetado.

Cook (1976) considera o caso Factitivo como um caso objeto.

Locativo (L) - "O caso que identifica a localização ou orientação espacial do estado ou ação identificados pelo "verbo". Sua ocorrência se dá como sujeito e como advérbio, este ocorrendo como locativo proposicional ou modal⁵.

A estante / contém / livros.
L

L = Sujeito

Os livros / estão / na estante.
L

L = Locativo proposicional

Maria / matou / João / no jardim.
L

L = Locativo modal.

Objetivo (O) - "O caso semanticamente mais neutro, aquele em que qualquer coisa representada por um substantivo cujo papel na ação ou estado identificado pelo verbo é identificado pela interpretação semântica do próprio verbo."

O menino / acordou.
O

O = Sujeito

Maria / acordou / o menino.
O

O = Objeto direto

Maria / gosta / do menino.
O

O = Objeto indireto

b) de dois argumentos: P a, b - AJUDAR Maria, João
(Maria ajudou João)

c) de três argumentos: P a, b, c - MOSTRAR professora, livro, alunos.
(A professora mostrou o livro para os alunos)

Em primeiro lugar, o sujeito e, em último, o objeto, é a ordem usual dos argumentos:

A menina / caiu.
O

Maria / ajudou / João.
A D

A professora / mostrou / o livro / para os alunos.
A O D

A classificação dos verbos feita por Fillmore, influenciado por Lakoff (1966), é em termos de verbos de Estados e Não-Estados, sendo não-estados iguais a ação:

verbos { estados
 { não-estados { ações

Identificam-se os verbos de estado aplicando-se testes sintáticos, cujo resultado será (- imperativo) e (- progressivo).

Assim, em:

João / possui / um automóvel.
D O_e

Não podemos imperativizá-la, vejamos:

? Possua um carro!

portanto, [- imperativo]

Não podemos também usá-la na forma progressiva:

? João está possuindo um carro.

portanto, [- progressivo.]

Nenhum dos testes aplicados se encaixam ao exemplo, daí concluímos ser uma predicação de estado.

A identificação dos verbos de ação se dá pela aplicação dos mesmos testes sintáticos, porém com o resultado inverso, sendo (+ imperativo) e (+ progressivo).

Em:

O menino / chutou / a bola.
A O

Aplicando-se o teste imperativo:

Chute a bola!

temos [+ imperativo.]

Realiza-se também no progressivo:

O menino está chutando a bola.

portanto [+ progressivo.]

Uma vez que ambos os testes se aplicam ao exemplo, temos aí, comprovadamente, uma predicação de ação⁶.

Sob quatro domínios semânticos podem ser classificados os tipos de verbos do modelo de Fillmore 1968. Só Agente e Objetivo são usados nos tipos básicos de verbos, os demais domínios se dão pelo acréscimo do Instrumento, Dativo e Locativo aos tipos básicos.

Há verbos de estado e de ação em cada domínio.

A classificação dos tipos de verbos, dada por Cook (1976) aos verbos analisados por Fillmore, é a seguinte:

1. Tipos Básicos de Verbo

a) Estado + [— O] ser verdadeiro

- b) Ação + [— A] correr
 + [— A, O] cozinhar, matar, abrir, ouvir.

2. Verbos Instrumentais

- a) Estado + [— I, O] quebrar, matar, abrir.
 b) Ação + [— A, I, O] quebrar, matar, abrir.

3. Verbos Dativos

- a) Estado + [— D] ser triste.
 + [— D, O] acreditar, esperar, saber, gostar.
 + [— O, D] interessar, agradar, ver, ter.
 b) Ação + [— A, D, O] forçar, persuadir, olhar, dar.

4. Verbos Locativos

- a) Estado + [— L] ser quente, ser ventoso.
 + [— O, L] estar em, estar sobre, estar com.
 + [— L, O] ter em, ter sobre, ter com.
 b) Ação + [— A, O, L] guardar, deixar, plantar, manchar.

Tipos de Verbos	Tipos Básicos	Instrumental	Dativo	Locativo
Estado	O quebrar, v.i.	I, O abrir	D, O saber	O, L estar em
Ação	A, O quebrar, v.t.	A, I, O matar	A, D, O forçar	A, O, L guardar

2.1.4. Relações entre Verbos

A simplificação do léxico foi um dos principais motivos que levou Fillmore a criar a gramática de casos, oferecendo uma

nova classificação para resolver problemas residuais de "Aspects", como as diferenças entre gostar e agradar, ter e pertencer, etc.

Para isto:

1) Relacionou diferentes entradas de um mesmo verbo em:

a) Casos conjugados:

Diferentes usos de um mesmo verbo podem ser conjugados dentro de casos simples.

"João / quebrou / a vidraça / com o martelo."
 A O I
 + [——— A, I, O]

"João / quebrou / a vidraça."
 A O
 + [——— A, O]

"A vidraça / quebrou."
 O
 + [——— O]

sendo os casos conjugados para o verbo quebrar + [——— (A) , (I) , O], os casos entre parênteses são opcionais, somente o caso O aparecendo em todas as posições.

b) Casos apagados:

São casos definidos como obrigatórios na estrutura profunda e opcionais na estrutura de superfície.

"A mãe / está cozinhando / as batatas."
 A O
 + [——— A, O]

"A mãe / está cozinhando."
 A (O) apagado
 + [——— A, O / O apagado.]

Sendo o caso apagado para o verbo cozinhar + [——— A, O] / O apagado.

c) Casos móveis:

Variações da ordem básica de ocorrência dos casos - ordem hierárquica de sujeito - envolvem casos móveis. Muitas destas variações são acompanhadas da troca das preposições usadas.

"João / borrifou / tinta / na parede."
 A O L + [— A, O, L]

"João / borrifou / a parede / com tinta."
 A L O + [— A, L, O]

A entrada lexical para o verbo borrifar é + [— A, O, L] / mudança opcional.

2) Introduziu métodos para relacionar verbos morfologicamente diferentes. Tais verbos são relacionados se seus casos são relativos a algum processo semântico.

Para isto Fillmore sugere:

a) Diferente escolha de sujeito:

Dois verbos são relacionados se um for versão inversa do outro. Ambos têm a mesma estrutura de casos, constituindo sua diferença unicamente na escolha do sujeito.

João / tem / um carro.
 D O_e + [— D, O_e]

O carro / pertence / a João.
 O_e D + [— O_e, D] / ordem inversa.

b) Adição de novos casos:

Dois verbos podem estar relacionados se um dos casos é formado pela adição de um caso à estrutura formada.

João / morreu.
 O + [— O]

Preposição na estrutura profunda.

b) Sistema de casos: relaciona 6 casos.

Casos modais não são requeridos pelo verbo.

Casos proposicionais A-I-D-O-L-F.

c) Tipos de verbos:

Divide os verbos em ESTADOS e AÇÕES.

Classifica estes verbos em quatro tipos:

básico, dativo, locativo e instrumental.

d) Relações entre verbos:

Formas morfológicamente semelhantes:

casos conjugados

casos apagados

casos móveis;

Formas morfológicamente diferentes:

diferente escolha de sujeito

adição de novos casos

substituição de um caso pelo outro.

Crítica ao Modelo

Operando-se as modificações que se seguem, o modelo seria ideal para representar a estrutura lógica da sentença:

- Estrutura profunda - eliminação das preposições e a substituição da ordem VOS por VSO na estrutura profunda.

- Sistema de casos - eliminação dos casos Factitivo e Instrumento.

Divisão do Dativo em Experienciador e Benefactivo.

- Tipos de verbos - os tipos de verbos de estado não são marcados. Dever-se-ia dividir os verbos em ESTADOS, PROCESSOS e AÇÕES. Dessa forma, proporcionando uma classificação mais coerente com a realidade da língua.

- Relações entre verbos - avaliação da estrutura de casos conjugados.

Distinção entre verbos intrínsecos e verbos derivados.

2.2. O Modelo de Fillmore 1971

O modelo de Fillmore 1971 apresenta modificações na estrutura profunda e propõe um novo sistema casual que analisaremos a seguir.

2.2.1. Estrutura Profunda

a) Ausência de qualquer constituinte de modalidade. Os elementos modais são introduzidos por derivação na estrutura superficial. A sentença (S) se ramifica diretamente em um verbo (V) e uma série de casos (C).

$$S = V + C_1 + C_2 + \dots + C_n$$

(S) representa a proposição subjacente da sentença.

b) Ordem dos casos da esquerda para a direita. A ordenação dos casos é baseada no processo de seleção de sujeito, com o caso de mais alto grau fechando o verbo e os outros ocorrendo em ordem descendente.

c) Ausência de marcadores casuais na estrutura profunda. Não há marcadores casuais (K) e os casos (C) são dominados ime-

tiva se se contrastam no significado numa mesma posição. Dois casos estão em distribuição complementar, se ocorrem em acontecimentos mutuamente exclusivos e não contrastam no significado.

São nove os casos relacionados no modelo 71.

Agente (A) - Instigador da ação, principal causa de um evento excluindo as forças naturais. Ocorre somente como sujeito nas orações ativas.

João / acendeu / a luz.
A O

Experienciador (E) - É o experienciador de um evento psicológico em verbos psicológicos ou verbos de estado mental. Tais verbos psicológicos incluem verbos de sensação, emoção e conhecimento. O Experienciador abarca a maior parte do caso Dativo do modelo 68, mas exclui os verbos de transferência de propriedade (Alvo e Meta neste modelo), e a mudança de estado dos verbos (agora Objeto).

Pedro / gosta / de dinheiro.
E O

O aluno / aprendeu / a lição.
E O

Instrumento (I) - Estímulo ou causa imediata de um evento, incluindo forças naturais. Em verbos psicológicos, Instrumento é o estímulo do acontecimento psicológico.

"João / teme / o trovão."
E I

I = conteúdo da experiência de João.

"O trovão / assustou / João."
I E

I = estímulo da experiência de João.

Objeto (O) - Entidade que se move ou muda de estado, ou cuja posição ou existência está em consideração. Ocorre com muita freqüência nas estruturas, mas não é considerado obrigatório.

João / fechou / a janela.
A O

A janela / fechou.
O

A janela / está fechada.
O_e

Fonte (F)- (Source (S) em inglês) - O ponto inicial de onde algo se move. Inclui a origem dos verbos de transferência de propriedade, o ponto de partida de verbos de tempo ou verbos de mudança de estado.

Alvo (AL) - (Goal (G) em inglês) - O ponto final para onde algo se move. Inclui o receptor nos verbos de transferência de propriedade, o final nos verbos de tempo ou mudança nos verbos de estado. Quando se refere à coisa criada, substitui ao caso Factitivo do modelo anterior.

João / nadou/ da ponte / até a praia.
A F AL

Locativo (L) - É o lugar onde está localizado um objeto. Freqüentemente o locativo é um caso modal, opcional em quase todos os verbos. Somente os locativos estativos são proposicionais, sendo Fonte e Alvo locativos direcionais.

A criança / está / no jardim.
O_e L

L = locativo proposicional

tam a 3 mas chegam a 4 argumentos:

A professora / levou / os alunos / da sala / para o pátio.
 A O F AL

O sistema de casos pode ser classificado em localista e não-localista.

Sistema não-localista - (Modelo de Fillmore 68), não utiliza Fonte e Alvo, estes estão incluídos no caso Locativo. Encontram-se em distribuição complementar o locativo estático e o direcional.

Sistema localista - (Modelo de Fillmore 71), sistema de casos que distingue a locação estativa e a direcional.

As laranjas / estão / na cesta.
 O_e L

L = locativa estática

Eu / carreguei / a cesta / para casa.
 A O L

L = locativo direcional

Usam-se neste modelo Fonte e Alvo para locativos direcionais:

Eu / carreguei / a cesta / do pomar / para casa.
 A O F AL

e Locativo para locativo estativo. Os verbos básicos do modelo são: Agente, Instrumento, Objeto. O Tempo é colocado com verbos locativos.

2.2.4. Relações entre Verbos

Segundo Fillmore 71, os casos podem estar manifestos ou apagados. Introduce, portanto, a teoria dos casos apagados ao

Premiar, portanto, significa "dar prêmio", sua análise é + [— A, B*, O] / B lex., e não + [— A, O] como a estrutura superficial indica.

Em:

O caçador / enjaulou / os animais / em fortes jaulas.
 A O L (cópia)
 colocar em jaula
 L lex. + [— A, O, B*] / L-lex

temos um caso de L cópia, pois em "enjaular" já se encontra um L, incorporado ao verbo.

Casos modais como instrumento também sofrem o processo de lexicalização:

O menino / chutou / a bola / I lex.
 A O

chutar = atingir com o pé.

Predicações polissêmicas são predicações com diferentes significados: cada raiz verbal é uma forma superficial que tem vários significados. Estes significados são listados no dicionário e numerados. Alguns significados do verbo se diluem em si próprios por regras de apagamento, regras de lexicalização ou regras correferenciais. Outros significados poderão ser diferentes daqueles requeridos por alguma raiz verbal; uma análise de casos diferente.

Tradutores tais como Nida (1975 in Cook 1976:30), trabalhando com a análise componencial do significado, observaram duas fontes para a polissemia na linguagem.

Primeiramente - Os significados diferentes podem originar-se de fontes totalmente diferentes que se misturam dentro de uma única entrada lexical.

Segundo - Dentro de uma palavra simples os significados

podem tornar-se também distintos, sendo através do uso que o verbo efetivamente se divide em mais de um significado.

2.2.5. Considerações e Crítica ao Modelo de Fillmore 71

Fillmore 1971 introduz algumas modificações à sua gramática de casos anterior, sua nova proposta se estrutura da seguinte maneira:

a) Estrutura Profunda

Ausência de modalidade. Só proposição

A hierarquia da escolha do Sujeito (VSO)

Os casos não são marcados na estrutura profunda.

b) Sistema de casos - relaciona 9 casos

Casos proposicionais A-E-I-O-S-G-L-T-B.

↓ ↓
F AL

c) Tipos de verbos

Divide os verbos em ESTADOS e AÇÕES

Classifica os verbos em quatro tipos:

Básicos, Experimental, Locativo e Instrumento.

d) Relação entre verbos

- Funções de casos apagados - ausente na superfície.
- Funções apagadas - algumas vezes ausentes na estrutura de superfície. Marca a função como apagada.
- Funções lexicalizadas sempre ausentes na superfície. As funções são incorporadas dentro do verbo.
- Funções correferenciais sempre ausentes na superfície. Dentro das funções dos casos, tem o mesmo referente.
- Predicados polissêmicos - um verbo, vários significados. Usa traços casuais diferentes para cada signi-

ficado.

Crítica ao modelo

Assim como o modelo anterior, este também apresenta alguns pontos que deveriam ser reformulados:

- Estrutura Profunda - eliminação da preposição. Preferência ao uso VSO na ordem dos casos.

- Sistema de Casos - o caso Instrumento poderia ser eliminado. A validade de Source (Fonte) e Goal (Alvo) é questionável.

- Tipos de Verbos - os verbos de estado continuam não marcados. Ainda, dever-se-ia dividir os verbos em ESTADOS, PROCESSOS e AÇÕES.

- Relações entre Verbos - análise profunda com funções apagada.

Necessidade da distinção entre tipos de verbos intrínsecos e tipos derivados.

2.3. O Modelo de Chafe

Após estudos e reflexões, Chafe (modelo 1970) concluiu que "as estruturas semânticas eram, com frequência, muito diferentes das estruturas superficiais correspondentes" (1979:10). Começou então a considerar a estrutura semântica como construída em torno de um verbo central, acompanhado por nomes com ele relacionados de diversos modos. Tornou-se mais consciente do papel central do verbo na determinação de quais seriam as relações dos nomes que o acompanham. E, estimulado, principalmente,

pelo trabalho de Charles Fillmore, começou a procurar mais cuidadosamente relações de real importância semântica, que não se prendiam, necessariamente, a determinadas construções superficiais.

Diz ele: - "Assim, enquanto, de início, eu poderia ter considerado que:

Peter lang hed. 'Pedro riu'

Peter fell. 'Pedro caiu'

revelavam o mesmo eixo semântico, agora percebia que a relação semântica do nome para o verbo nessas duas orações era claramente diversa" (Chafe 1970, 1979:10).

Ainda, percebeu que "há uma distinção fundamental essencialmente semântica, mas com conseqüências pós-semânticas entre os elementos da oração que fornecem informação nova e aqueles que fornecem informação já conhecida" (p.10).

Ao propor seu estudo, Chafe teve como tema constante a consideração da língua como um sistema que liga significado e som. E, ainda, um segundo tema foi a tentativa de identificar certas relações nome-verbo como "formadoras da espinha dorsal da estrutura semântica". Muitas das idéias implicadas sofreram, entretanto, considerável mudança, em grande parte centralizada em uma apreciação crescente do grande hiato que separa significado e som, e especialmente, que separa estrutura semântica e estrutura superficial (Chafe, 1979:10-11).

"A língua é um sistema que medeia, de forma altamente complexa, entre o universo do significado e o universo do som. De um lado temos "coisas para dizer", de outro produzimos ruídos, que, em circunstâncias normais, transmitem essas coisas a um ou vários ouvintes. A língua torna um falante capaz de trans-

formar configurações de idéias em configurações de sons e torna um ouvinte capaz de, em sua própria mente, transformar esses sons em um fac-símile razoável das idéias que originariamente eram do falante" (p.15).

"A conversão de significados em sons permite que os seres humanos transmitam idéias um para o outro" (Chafe, 1979:16-16).

A predominância da semântica sobre a sintaxe é um dos pontos renovadores do modelo desenvolvido por Chafe. Sua afirmação é que "os processos de formação têm de situar-se na área semântica, que uma estrutura semântica bem-formada levará naturalmente a representações superficiais e fonéticas bem-formadas. Tentar situar os processos de formação na área da estrutura fonética seria um absurdo [...]. A lingüística estruturalista tentou situá-los na área da estrutura superficial, e tem de ser dito que ela fracassou. O desenvolvimento seguinte foi uma tentativa de situá-los numa hipotética estrutura profunda sintática, desde que ainda se sentia a necessidade de evitar um compromisso total com a semântica, mas creio que essa tentativa provou também ser um fracasso, e estou sugerindo que é agora inevitável um compromisso com a estrutura semântica como o lugar onde se estabelece a boa-formação. A diferença entre a posição semanticista e a sintaticista, então, é exatamente a diferença que diz respeito ao lugar onde se determina a boa-formação dos enunciados lingüísticos - se é na estrutura semântica ou numa estrutura profunda imaginária que se situa em algum lugar entre a estrutura semântica e a estrutura superficial" (Chafe, 1979:65-6).

2.3.1. Estrutura Profunda

No modelo de Chafe, a estrutura profunda não se formaliza

em um nódulo S superior nem em modalidade, mas os elementos estão em um V inicial e uma série de marcadores casuais, com os casos adicionados sob a forma de constituintes imediatos. Também não existe preposição inicial na estrutura profunda que é gerada por um V inicial através de regras de formação semântica.

Embora Chafe reconheça as restrições em se considerar a oração como unidade básica de organização da descrição sintática, ele acha possível focalizar as estruturas semânticas que subjazem às orações desde que se considere esse foco como artificialmente estreito, ressaltando que muitas coisas só poderão ser explicáveis para além dos limites da oração, limitando ainda seu trabalho quando se propõe a estudar apenas orações simples, ou seja, aquelas que contêm um único verbo. Sua posição é de que toda oração é construída em torno de um elemento predicativo, isto é, um verbo acompanhado ou não de elementos nominais. Parte também da suposição de que "o universo conceptual humano total é dicotomizado inicialmente em duas grandes áreas. Uma, a área do verbo, engloba estados (condições qualidades) e eventos; a outra, a área do nome, engloba "coisas" (tanto objetos físicos como abstrações coisificadas)" (1979:96).

Considera o verbo como central e o nome periférico, através das seguintes evidências:

a) É de interesse que em todas as línguas um verbo esteja semanticamente presente em todos os enunciados, exceto algumas marginais.

b) Um verbo está sempre presente, embora em alguns exemplos ele possa ser suprimido antes que se chegue à estrutura superficial.

c) A natureza do verbo determina que nomes o acompanham, qual será a relação desses nomes com o verbo, e como esses

nomes serão semanticamente especificados. Ou seja, é o verbo que dita a presença e a natureza do nome e não vice-versa, posição contrária a de Chomsky 1965, e Fillmore 1968.

Vários exemplos podem comprovar que a influência do verbo é dominante.

Em:

"A cadeira riu."

se quisermos dar algum tipo de significação devemos interpretar "cadeira" como anormalmente animada, como exige o verbo, e não, interpretar "rir" de maneira anormal, como se fosse um tipo diferente de atividade realizada por objetos inanimados.

d) O verbo é o único ponto de partida para a geração de orações. Assim, diz Chafe (1979:98) "o que, por conveniência, podemos chamar orações é ou um verbo isolado, ou um verbo acompanhado por um ou mais nomes, ou uma configuração do tipo daquelas que têm a si acrescentados um ou mais verbos coordenados ou subordinados". Esta posição é contrária a de Chomsky e à de Fillmore que consideram o "O" como ponto de partida para a geração de orações.

2.3.2. Sistema de Casos

Chafe 1970 denomina "relação nomes-verbos", às relações semânticas. Tais relações são denominadas por Fillmore de "casos". Para mantermos uma mesma terminologia, passaremos a usar "casos" (entenda-se casos como relações nomes-verbos), no decorrer da análise.

São 7 os casos listados por Chafe:

Agente (A) - Caso que o verbo de ação exige. Especifica alguma coisa que faz a ação. Pode-se determinar o Agente fazen-

João / gostou / do filme.
 E O

João / ouviu / a música.
 E O

Chafe (1979:150) levanta a hipótese de que somente verbos de não-ação são intrinsecamente de experiência e propõe a regra:

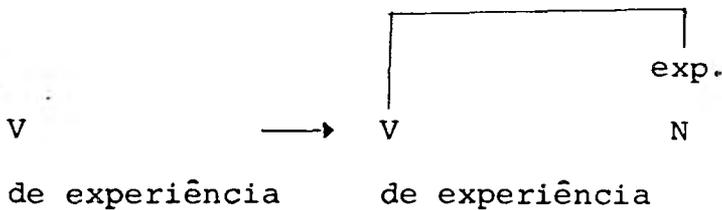
V — —▶▶ de experiência⁸
 - ação.

Introduz-se as raízes dos verbos de experiência, por regras como:

a) [estado
 de experiência] —▶▶ desejar, saber, gostar...
 [- ambiente⁹]

b) [processo
 de experiência] —▶▶ ver, ouvir, sentir...
 [- ambiente]

Como regra para indicar que um verbo de experiência requer um nome relacionado a ele como experimentador (exp.), temos:



Beneficiário (B) - É o caso exigido pelo verbo benefactivo. O nome que se beneficia de tudo o que é comunicado pelo resto da oração é o beneficiário. O verbo Benefactivo de estado indica posse transitória e posse intransitória, o tipo de posse é determinado por uma diferença na natureza dos pacientes e não na origem do verbo.

Experienciador e Beneficiário são relações semânticas distintas, não podendo ser incluídas sob o título de "Dativo" conforme foi sugerido por Fillmore 1968. Chafe (1979:154) assinala esta distinção quando afirma que "não se descobriu nenhuma raiz verbal de experiência que se qualificasse como ação-processo intrínseca; desse modo, é possível que a existência de raízes verbais benefactivas desse tipo seja uma das coisas que distinguem os verbos benefactivos dos de experiência."

Além de ações-processos, os verbos benefactivos podem ser de estados e processos, só não ação simples.

João / tem / um conversível.
 B O_e

O Flamengo / perdeu / o jogo.
 B O

Maria / comprou / a João / um conversível.
 A B O

Não havendo verbos Benefactivos que sejam ações simples, dá-se a especificação de um verbo benefactivo pela seguinte regra:

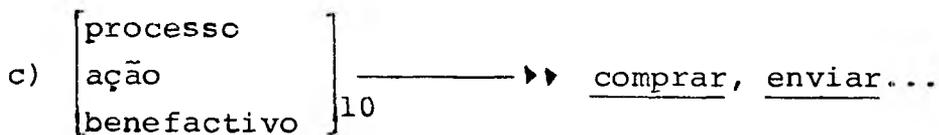
V —————>> Benefactivo

{ estado
 processo
 - ambiente }

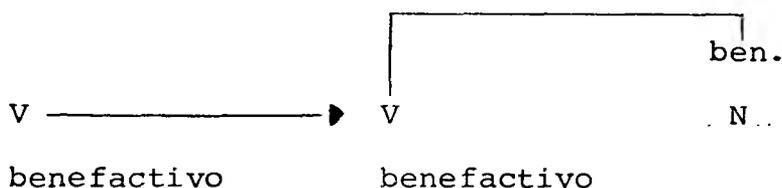
sendo as seguintes as raízes verbais permitidas pela regra:

a) [estado
 benefactivo] —————>> ter (posse transitória), ter (posse não-transitória), possuir...

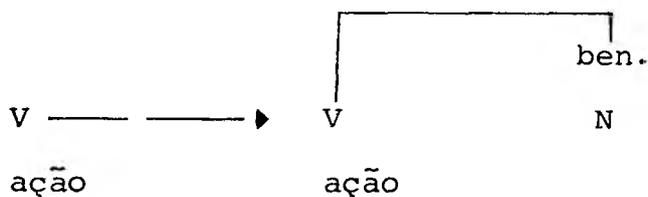
b) [processo
 benefactivo] —————>> perder, ganhar...



A regra para indicar que um verbo benefactivo solicita um nome beneficiário (ben.) é a seguinte:



Chafe (1979:156) admite que "todo verbo de ação, (seja ação simples ou ação-processo), pode facultativamente ser acompanhado de um beneficiário", e formula uma regra que acrescenta de forma facultativa um beneficiário a qualquer verbo de ação:



Ana / cantou / para a platéia.
 A B

Instrumento (I) - Outra relação que um nome mantém com um verbo é a de instrumento.

Para Chafe (1979:157), o Instrumento é "um objeto que desempenha um papel no desencadeamento de um processo, não sendo, porém, a força motivadora, a causa ou o instigador. É subsidiário para o agente - algo que o agente usa." Não se associa com uma determinada unidade seletional que exista no verbo, não há nada que requeira que o verbo tenha um instrumento que o acompanhe. O que nos leva a defini-lo como um caso modal.

O livro / custa / 50 mil cruzeiros.
 O_e C

A menina / cantou / uma canção.
 A C

Já, processos não são completáveis. Daí a seguinte regra:

V ———— >> completável

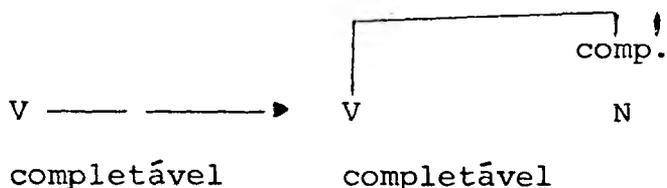
- processo

Introduz-se as unidades lexicais com regras como:

a) $\left[\begin{array}{l} \text{estado} \\ \text{completável} \end{array} \right] \longrightarrow \text{>> } \underline{\text{ pesar, custar, medir...}}$

b) $\left[\begin{array}{l} \text{ação} \\ \text{completável} \end{array} \right] \longrightarrow \text{>> } \underline{\text{ cantar, jogar, ganhar...}}$

A regra a seguir estabelece que um verbo completável pode ou deve ser acompanhado de um nome complemento (comp!):



O caso completável é similar ao caso Factitivo do modelo de Fillmore 68, e como tal, Cook(1976) os considera como uma variante do caso "O".

Locação (L) - É o caso que se especifica como locativo e se acompanha de um nome que mantém com ele a relação de lugar.

Somente verbos de estado podem ser especificados como Locativo.

O carro / está / na garagem.
 O_e L

A regra para a formação de uma estrutura semântica dos

verbos locativos é a seguinte:

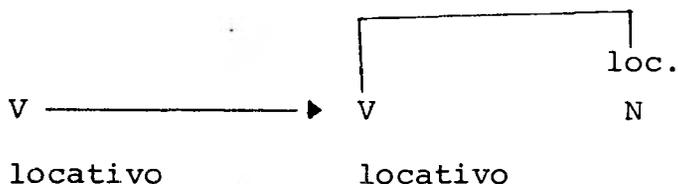
estado —————▶▶ locativo

que permite que um estado seja facultativamente especificado como locativo.

Aí, então, faz-se necessária uma regra que permita a introdução das raízes verbais locativas (as preposições de lugar):

locativo —————▶▶ em, sob, sobre ...

Ainda, uma terceira regra nos mostra que um verbo locativo requer o acompanhamento de um nome locativo (loc.):



Raízes verbais locativas podem ocorrer ainda, com não-estados (processo, ação, ação-processo), porém não são raízes intrinsecamente locativas, são convertidas em raízes locativas por derivação.

A seguinte regra descreve a derivação do locativo a partir de raízes não-locativas:

V	—————▶	V
- locativo		locativo
raiz		raiz + locativizador ¹²

Um verbo de estado ou não-estado que não é inerentemente locativo, converte-se facultativamente em locativo com a adição da unidade derivativa locativizador. O que torna possível orações como:

A aluna / foi / à escola.
 A L

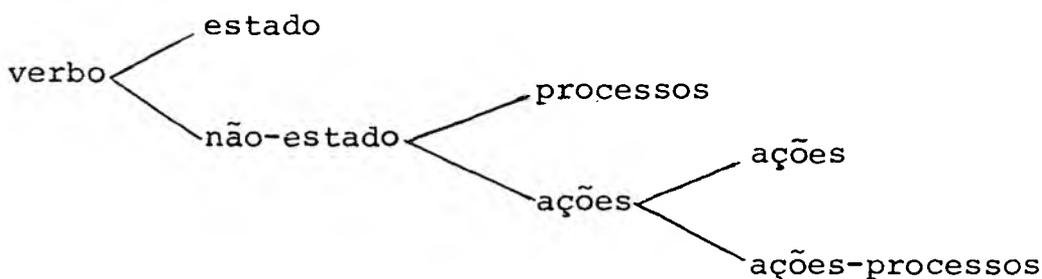
O bebê / caiu / do berço.
 O L

João / carregou / os livros / para casa.
 A O L

2.3.3. Tipos de Verbos

Os tipos de verbos do modelo de Chafe são gerados por um V inicial e por regras de formação semântica.

Chafe classifica os verbos em estados e não-estados:



Para se observar as diferenças básicas entre as estruturas semânticas de orações, Chafe (1979:98-104) propõe, para verbos de Estados, exemplos como:

"A madeira está seca."

"A corda está esticada."

e observa, que um certo nome (madeira, corda) está num certo estado ou condição (seca, esticada). Em tais orações, o verbo está especificado como estado e está acompanhado por um nome que é seu paciente. O paciente especifica o que é que está no estado.

Não-estados - Um não-estado é um "acontecimento", ou evento. Como regra prática, não-estados podem distinguir-se de estados por responderem à pergunta Que aconteceu? Que está a-

acontecendo?, por exemplo:

Que aconteceu?

A madeira secou.

e não:

A madeira foi seca.

Outro teste distintivo de não-estados e estados é que um não-estado pode ocorrer na forma progressiva:

Que está acontecendo?

A madeira está secando.

tal forma não ocorre em estado, daí não ser possível:

? A madeira está sendo seca.

Como regra de transcrição para indicar que um verbo pode ou não ser especificado como estado, temos:

V —————> ESTADO

Essa regra diz que um verbo (V) pode ser especificado facultativamente como estado. Quando o V não é assim especificado, é um não-estado, ou seja, um "acontecimento" ou evento.

Processos e Ações - Os não-estados não são todos do mesmo tipo.

Processo - Em orações como:

A madeira secou.

A corda esticou.

onde o nome mudou de estado ou condição, o verbo foi especificado, em acréscimo. Já que processo ainda envolve uma relação entre um nome e um estado, o nome é o paciente do verbo.

Uma oração de processo responderá à pergunta Que aconte-

ceu a N?:

Que aconteceu à madeira?

A madeira secou.

Ação - Em orações como:

Miguel correu.

Os homens riram.

temos verbos de espécie diferente. Não têm relação com estado ou com mudança de estado, expressam uma atividade ou ação, alguma coisa que alguém faz.

Uma regra prática para distinguir uma ação de um processo é que uma oração de ação responderá à pergunta Que fez N? sendo N algum nome:

Que fez Miguel?

Miguel correu.

o nome (Miguel) nesta oração (oração de ação), não pode ser considerado como o paciente do verbo, pois especifica algo que realiza a ação, sendo, então, considerado como agente do verbo. Desse modo, temos pacientes para estados e processos, mas agentes para ações.

Ação-Processo - Em orações como:

Miguel secou a madeira.

Os homens esticaram a corda.

O agente faz algo, mas faz isso a algo, o paciente de um processo; temos, portanto, verbos simultaneamente de processos e ações. Como processo, expressa uma mudança na condição de um nome, seu paciente; como ação, exprime o que o nome, seu agente, faz:

Que fez Miguel?

Miguel secou a madeira.

Que aconteceu à madeira?

A madeira secou.

Para o verbo de não-estado, temos a seguinte regra:

$$V \text{ ————— } \gg \left(\begin{array}{c} \text{PROCESSO} \\ \text{AÇÃO} \end{array} \right) \text{ } ^{13}$$

- ESTADO

Juntando-se as duas regras, temos, para o verbo, as quatro especificações semânticas abaixo:

(1)	(2)	(3)	(4)
V	V	V	V
estado	processo	ação	processo ação
(O _e)	(O)	(A)	(A, O)

Ambiente - Há em nossa língua orações tais como:

"Está quente.

É tarde.

É terça-feira."

onde não está presente nenhum nome. O significado de tais orações não implica nada além de uma predicação para a qual não se faz nenhuma "coisa". Para estas orações, o verbo está especificado como de estado sendo este todo abrangente. Os estados cobrem o ambiente total, não apenas algum objeto dentro dele, daí o verbo dessas orações ser especificado como ambiente. Essas orações não respondem à pergunta Que está acontecendo?, nem podem tornar-se progressivas: a oração "está estando quente" não é possível.

Considerando-se orações como:

"Está chovendo.

Está nevando."

vemos que respondem à pergunta Que está acontecendo?, logo não expressam estados; mas, respondem também à pergunta Que está fazendo?, daí tais orações expressarem ações, porém, fazem-no sem indicar nenhum agente, portanto, o verbo é ambiente. Ele implica um evento todo-abrangente que não se refere a nenhuma coisa particular dentro do ambiente.

Um verbo pode ser especificado como ambiente se for estado ou ação, mas não se for processo, o que se ilustra na seguinte regra:

V ————— ▶▶ ambiente
- processo

o que significa que um verbo que não é especificado como processo pode ser facultativamente especificado como ambiente. Ampliando-se assim o quadro de verbos:

(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)
V	V	V	V	V	V
estado	processo	ação	processo ação	estado ambiente	ação ambiente

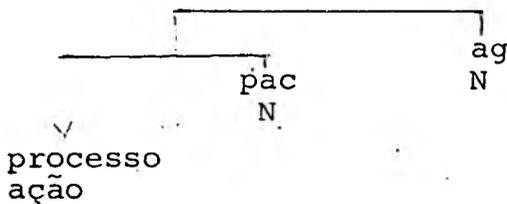
Paciente e Agente - Faz-se necessário ainda indicar como os verbos arrolados acima se tornam acompanhados de nomes pacientes e/ou agentes.

a) Um verbo especificado como estado ou processo requer o acompanhamento de um nome paciente, quando especificado (-ambiente).

b) Um verbo de ação requer a adição de um nome agente, quando especificado (-ambiente).

c) Um verbo que é tanto de processo como de ação, requer a

adição de um nome paciente e um nome agente, sendo a relação de paciente mais interna do que a relação de agente.



Em certas circunstâncias, um verbo de ação pode ser pronominalizado (= "proverbalizado").

Para a frase:

Maria cantou.

Ela o fez (isto é, cantou) maravilhosamente.

Se o verbo de ação é ao mesmo tempo de processo e, portanto, tem um nome paciente, a proverbalização afeta a configuração inteira de verbo + paciente, e não simplesmente o verbo sozinho:

Maria quebrou a travessa.

Ela o fez (isto é, quebrou a travessa) acidentalmente.

Donde conclui-se que verbo + paciente se comporta como uma unidade de forma diferente que a configuração verbo + agente, não havendo uma forma proverbal que substitua verbo + agente como uma unidade (Chafe, 1979:99-104).

Para Chafe (1979:148), Pacientes e Agentes são as relações nome-verbo que desempenham um papel fundamental na estrutura semântica, papel este que se vincula à especificação básica de um verbo como estado, processo, ação ou ação-processo. Portanto, quatro tipos de verbos básicos são desenvolvidos por duas regras de formação semântica, usando os casos Agente e Paciente.

Traçando para a notação de caso de Fillmore, os quatro tipos de verbos são:

Estado	+	[———— O _e]
Processo	+	[———— O]
Ação	+	[———— A]
Ação-Processo	+	[———— A, O]

Tentando formalizar as estruturas semânticas envolvidas, admite uma classificação de verbos em estados, processos, ações e ações-processos, como ponto de partida. Posteriormente, considera como as novas relações se encaixam nesses quatro tipos de verbos e que novas especializações de verbos podem ser necessárias (Chafe, 1979:148).

Desse modo, tal como Fillmore 1968 (Veja 2.3.1), Chafe classifica os tipos de verbos sob quatro domínios semânticos; Agente e Paciente (O) formam os tipos básicos de verbos; outros tipos de verbos são formados adicionando-se aos tipos básicos (Agente-Paciente). Outros casos: Experienciador, Benefactivo e Locativo-formam tipos sistemáticos de verbos:

Verbos Básicos:

- a) Estado + [— O_e] estar quebrado, estar rasgado...
- b) Processo + [— O] quebrar v.i., rasgar v.i.....
- c) Ação + [— A] rir, chorar
- d) Ação Processo + [— A, O] quebrar v.t., rasgar v.t.

Verbos de Experimentação:

- a) Estado + [— E, O_e] saber, gostar, querer.
- b) Processo + [— E, O] lembrar, sentir, ouvir.
- c) Ação Processo + [— A, E, O] mostrar, olhar, ensinar.

Verbos Benefactivos:

- a) Estado + [— B, O_e] ter, possuir.
- b) Processo + [— B, O] perder, ganhar.
- c) Ação Processo + [— A, E, O] comprar, vender, dar.

Verbos Locativos:

- a) Estado + [— O_e, L] estar em.

- b) Processo + [——— O, L] cair de (algum lugar).
 c) Ação + [——— A, L] sentar-se em.
 d) Ação Processo + [——— A, O, L] atirar em (algum lugar).

Cook, excluindo os verbos de ambiente e complemento, propõe a seguinte matriz aos tipos de verbos do modelo de Chafe.

Tipos de Verbo	Tipos Básicos	Experimentação	Benefactivo	Locativo
Estado	O _e estar quebra- do	E, O _e querer	B, O _e ter	O _e , L estar em
Processo	O quebrar v.i.	E, O ver	B, O perder	O, L cair em
Ação	A rir, pular	A, E -	A, B -	A, L sentar-se em
Ação-Processo	A, O quebrar v.t.	A, E, O lembrar	A, B, O vender	A, O, L colocar per- to de

FONTE: Souza, 1985:49-50.

2.3.4. Relações entre Verbos

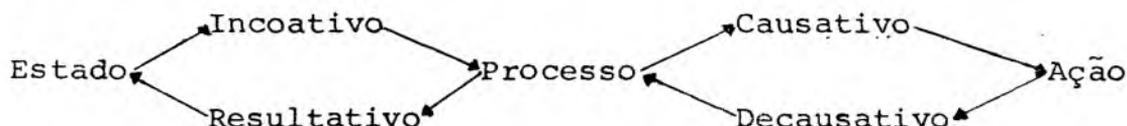
Regras derivacionais são propostas por Chafe, para as relações entre verbos:

- Estado + Incoativo = processo
largo, adjetivo + incoativo = alargar v.i.
- Processo + Resultativo = estado
quebrar, v.i. + resultativo = quebrado, adjetivo.
- Processo + Causativo = ação
quebrar, v.i. + causativo = quebrar v.t.

4. Ação + Decausativo = processo

cortar v.t. + decausativo = cortar v.i.

Chafe propõe uma análise bidirecional, formando um sistema fechado entre as unidades derivacionais (incoativo, resultativo, causativo, decausativo) e os tipos de verbos (estado, processo, ação).



Segundo Chafe, que supõe um conhecimento introspectivo no falante que determine os elementos básicos e os derivados em sua língua, é de maneira intuitiva que a relação forma intrínseca e forma derivada é estabelecida.

Sugere que é do estado largo:

A estrada / é larga.
O_e

que se deriva o processo alargar, v.i.:

A estrada / alargou.

com a óbvia evidência de a forma alargar possuir um sufixo. E, é do processo secar, v.i.:

A roupa / secou.
O

que se deriva a ação secar, v.t.:

O sol / secou / a roupa.
A O

Segundo sua interpretação, secar, v.i. parece ser mais básico que secar, v.t., sendo este a forma derivada.

Cook (1976) relaciona as formas intrínsecas e derivadas de uma maneira mais sistemática.

" + Incoativo	+ Causativo
<u>seco</u> , adj.	<u>secar</u> , v.i. = <u>secar</u> , v.t.
<u>quente</u> , adj.	<u>esquentar</u> , v.i. = <u>esquentar</u> , v.t.
<u>aberto</u> , adj.	<u>abrir-se</u> , v.i. = <u>abrir</u> , v.t.
<u>largo</u> , adj.	<u>alargar</u> , v.i. = <u>alargar</u> , v.t.
+ Resultativo	+ Causativo
<u>quebrado</u> , adj.	<u>quebrar</u> , v.i. = <u>quebrar</u> , v.t.
<u>morto</u> , adj.	<u>morrer</u> , v.i. = <u>matar</u> , v.t.
<u>derretido</u> , adj.	<u>derreter</u> , v.i. = <u>derreter</u> , v.t.
<u>afundado</u> , adj.	<u>afundar</u> , v.i. = <u>afundar</u> , v.t.
+ Resultativo	+ Decausativo
<u>cortado</u> , adj.	<u>cortar</u> , v.i. = <u>cortar</u> , v.t.
<u>levantado</u> , adj.	<u>levantar</u> , v.i. = <u>levantar</u> , v.t."

2.3.5. Considerações e Crítica ao Modelo de Chafe.

Chafe, influenciado por Fillmore, cria uma gramática de casos com significativas modificações em relação ao modelo inspirador:

a) Estrutura Profunda - não há modalidade nem S superior - A estrutura é formada de constituintes imediatos. Verbo central mais uma série de casos.

- Verbos: unidades selecionais, lexicais e flexionais. As unidades selecionais do verbo selecionam os nomes que o acompanham. O traço flexional inclui tempo e aspecto.

- Nome: unidades selecionais, lexicais e flexionais.

b) Sistema de casos: relaciona sete casos
casos proposicionais A-E-B-O-L-(I-C).

c) Tipos de verbos

Divide os verbos em ESTADOS, PROCESSOS, AÇÕES e AÇÕES-PROCESSOS.

Classifica estes verbos em quatro tipos:

básicos, experienciador, benefactivo, locativo.

Existem os tipos derivados que não são tipos intrínsecos.

d) Relações entre verbos

Entradas lexicais, relacionadas por unidades derivacionais; não há regras para a seleção de formas básicas.

Incoativo, adicionado a estado, dá processo.

Resultativo, adicionado a processo, dá estado.

Causativo, adicionado a processo, dá ação-processo.

Decausativo, adicionado a ação-processo, dá processo.

Crítica ao Modelo

- Estrutura profunda

Não há S superior, não há modalidade. Estrutura de constituintes imediatos. Ordem VOS.

Mas tem o verbo como central, o qual seleciona os nomes.

- Sistema de casos - Instrumento não tem traços seletivos. Paciente e Complemento constituem o caso Objeto.

- Tipos de verbos - eliminação dos tipos ambiente e complemento. Se O é obrigatório, a forma A é eliminada.

- Relações entre verbos - Possui um sistema de derivação, mas regras para a escolha de formas básicas são necessárias.

NOTAS DO SEGUNDO CAPÍTULO

- ¹D = Dativo para Fillmore modelo 68. Chafe divide o caso Dativo transformando-o em Benefactivo e Experienciador. Neste caso, Mauro é, então, Benefactivo.
- ²O caso Objeto é marcado "O_e" para objetos estáticos e "O" para os demais casos, formalização feita no modelo de Cook.
- ³A ordem de casos do modelo de Fillmore 68 é da direita para a esquerda.
- ⁴Cruse (1973) critica a definição de Agente de Fillmore, feita em termos referenciais e não em termos relacionais. Mais tarde, Fillmore, no entanto, ao fazer um retrospecto sobre o que tinha proposto em 1968, afirma que talvez tenham sido suas afirmações sobre animação que criaram a impressão de que noções casuais fossem entendidas erroneamente como categorias, ao invés de tipos de relações (1977:66).
- ⁵Locativo proposicional é exigido pelo verbo, ou seja, está dentro do SV, e Locativo modal não é exigido pelo verbo, isto é, está fora do SV.
- ⁶Estes testes sintáticos (+ Imperativo, + Progressivo) são criticados por Cruse (1973), porque detectam apenas ações voluntárias. Os testes que detectariam todos os tipos de ações são os de Chafe (veja 1970:100-4).
- ⁷Este Benefactivo caracteriza-se por definição como Benefactivo modal. O Benefactivo proposicional, (que era expresso pelo Dativo do modelo 68 e é o Benefactivo do modelo de Chafe 70) é absorvido neste modelo (71) pelos três casos Locativo: Locativo, Alvo e Meta.

- ⁸ A haste interrompida da flecha significa aplicação facultativa. A ponta dupla deve ser lida como, é especificada em sequência como.
- ⁹ O caso ambiente será analisado no segmento seguinte.
- ¹⁰ O verbo do tipo "C", Benefactivo ativo, não é desenvolvido por regra, na exposição de Chafe, que apenas sugere que os verbos de ação-processo podem admitir o traço Benefactivo e não o traço Experimentador, podendo ser o traço distintivo entre ambos.
- ¹¹ A unidade de flexão "bem-sucedido" nada tem a ver com a escolha de uma raiz verbal particular, não sendo, portanto, uma unidade seletional como processo de experiência, estado, etc. Pode ser acrescentada a qualquer verbo que preencha as condições especificadas.
- ¹² Locat vizador é uma classe de unidades semânticas, cada uma dessas unidades realizando a mesma função locativizadora.
- ¹³ Os parênteses indicam uma disjunção inclusiva - ou processo ou ação ou ambos podem ser utilizados. Flecha com haste contínua significa que a regra é obrigatória. "- estado" significa não que uma unidade semântica "não-estado" está presente, e sim que a unidade semântica "estado" está ausente.

CAPÍTULO III

3.0. Introdução

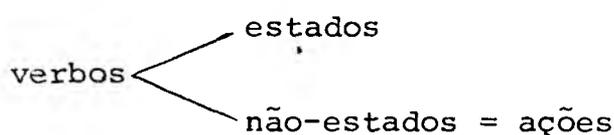
Este terceiro capítulo pretende ser um resumo dos princípios teóricos básicos utilizados para a classificação da predicação do verbo ou transitividade verbal em português, dando uma panorâmica do assunto abordado nos capítulos anteriores que apresentam contribuições de gramáticas de várias correntes linguísticas. Faremos, ainda, uma análise dos dados obtidos na classificação das predicções, demonstrando, na medida do possível, os princípios de aplicação do tipo de análise feita. Estabeleceremos que relações sintáticas devem ser definidas por critérios sintáticos e relações semânticas, por critérios semânticos, estando aí a grande falha das gramáticas tradicional e estrutural, que mesclam estes critérios. A gramática transformacional também falha, quando procura definir estas predicções através de regras de subcategorização e seleção.

Optamos pela abordagem da gramática casual que parece apresentar melhores subsídios para esclarecer problemas relativos à transitividade verbal, demonstrando que não se restringe

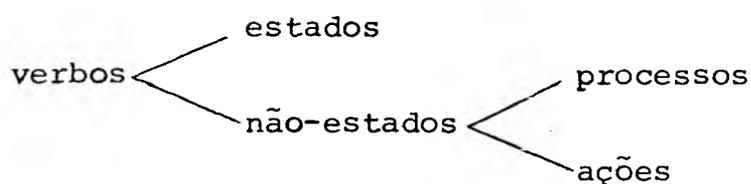
apenas a predicacões agentivas, mas se estende a predicacões estatísticas e processuais. A estatividade é demonstrada através de verbos como possuir, v.t., ter, v.t. (possessivo) e a processual por verbos como ouvir, v.t., ver, v.t.

3.1. Predicacão Verbal

Estabelecemos, no capítulo anterior, que há verbos de estado e de não-estado. Os de não-estado são considerados por Fillmore como verbos de açã.



Chafe introduz uma importante modificacão aos tipos de verbos quando divide os não-estados em processos e açã.



Os tipos de predicacão são detectados através de testes sintáticos e testes semânticos.

Os tipos de predicacão são detectados sintaticamente através de teste imperativo e teste progressivo, sendo:

- Imperativo } estados
- Progressivo }

- Imperativo } processos
- + Progressivo }

+ Imperativo }
 + Progressivo } ações

Uma vez que um não-estado é um acontecimento, o tipo de predicado é detectado semanticamente através de testes de acontecimento que pode ser processual e/ou agentivo.

- acontecimento processual }
 - acontecimento agentivo } estado

+ acontecimento processual }
 - acontecimento agentivo } processo

- acontecimento processual }
 + acontecimento agentivo } ação

ESTADO - O verbo de estado especifica que um certo nome está num certo estado. Tal verbo se acompanha de um nome seu paciente, que especifica o que está no estado. Os verbos de estado podem ser detectados negativamente, quer com testes sintáticos, quer com testes semânticos.

Dada a oração:

João / é alto
 . Oe

Aplicando-se testes sintáticos (Imperativo, Progressivo), vemos que não se aplica a forma imperativa:

? Seja alto, João!

daí, [- imperativo]

também, não podemos usá-la progressivamente:

? João está sendo alto.

portanto, [- progressivo]

Conclui-se ser esta uma predicção de estado, uma vez que é determinada sintaticamente como [- imperativa] e [- progressiva].

Testes semânticos também podem ser utilizados para determinar uma predicção de estado que se especifica como [- processual] e [- agentiva]. O verbo de estado não pode ser complemento da expressão: o que aconteceu foi que.

Assim:

? O que aconteceu a João foi que ele é alto.

sendo [- processo]

ou com testes agentivos, não responde a questão: o que N fez?

? O que João fez foi ser alto.

é, [- ação]

Vimos assim que a estatividade pode ser definida negativamente.

Uma vez que não passou em nenhum dos testes aplicados acima, podemos formalmente assinalar que:

- imperativo	}	= VERBO DE ESTADO
- progressivo		
- processo		
- ação		

PROCESSO - Estabelecemos também que processos são predicções de acontecimento não-agentivas. Temos um verbo de processo quando o nome muda de estado ou condição. É também detectado por meio de testes sintáticos e semânticos.

Dada a oração:

A roupa / secou.
O

aplicando-se os testes sintáticos, vemos que não passa na forma imperativa:

? Seque, roupa!

sendo, [- imperativa]

já é aceitável, na forma progressiva:

A roupa está secando.

portanto, [+ progressiva].

Podemos também utilizar testes semânticos. Com testes de agentividade:

? O que a roupa fez foi secar.

temos, [- ação].

Com o teste processual a predicação ocorre como complemento da expressão o que aconteceu a N foi que:

O que aconteceu à roupa foi que ela secou.

O que está acontecendo é que a roupa está secando.

daí, [+ processo].

Uma predicação processual é, portanto, expressa como:

- imperativa	}	= VERBO DE PROCESSO
+ progressiva		
- agentiva		
+ processual		

AÇÃO - A predicação de ação expressa uma ação, alguma coisa que alguém faz. Os verbos de ação são detectados através de testes sintáticos ou semânticos, relacionados abaixo:

Dada a oração: ,

João / cantou.

A

podemos transformá-la em imperativa:

Cante, João!

daí, [+ imperativa]

ou, usá-la na forma progressiva:

João está cantando.

sendo, [+ progressiva].

Semanticamente, podemos determiná-la pelo teste de agentividade sendo o complemento da expressão o que N fez foi:

O que João fez foi cantar.

sendo, [+ agentiva]. .

Responde ao teste de acontecimento:

O que aconteceu foi que João cantou.

portanto, [+ acontecimento].

Mas não se encaixa no teste de acontecimento processual, isto é, não-agentivo:

? O que aconteceu a João foi que ele cantou.

daí, [- processual]

pois, no verbo de ação, o N (nome) "João" é o agente da predicação; e "acontecer a" pressupõe um paciente.

Uma predicação de ação é expressa como:

+ imperativa	}	= verbo de ação
+ progressiva		
+ agentiva		
- processual		

Pode ocorrer que uma predicação seja simultaneamente de ação e processo, mas neste caso há a necessidade da presença simultânea de agente e paciente.

mente contida na forma verbal.

Para predicacões como:

As lavadeiras / cantam.

A

a definição é satisfatória, pois o verbo cantar exprime uma ação que o sujeito (as lavadeiras) pratica, fato que se comprova através de testes de agentividade, como:

Cantem, lavadeiras!

As lavadeiras estão cantando.

O que as lavadeiras estão fazendo é cantar.

Mas para predicacões como:

A criança / adormeceu.

O

O que se nos apresenta é também um verbo intransitivo, mas o verbo adormecer já não exprime uma ação praticada pelo sujeito ("a criança").

Parece-nos então, que a predicacão verbal não se limita a exprimir ações, mas exprime também processos.

Vejamos, de acordo com os testes propostos pela gramática casual:

A criança está adormecendo.

e não:

? Adormeça, criança!

O que aconteceu à criança foi que ela adormeceu.

e não:

? O que a criança fez foi adormecer.

Daí concluímos que, para orações deste tipo, a predica-

? O que está acontecendo é que João está tendo um carro.
sendo, portanto, uma predicação de estado.

Há ainda, predicacões transitivas com verbos processuais:

A criança / aprendeu / a lição.
E O

O que aconteceu à criança foi que ela aprendeu a lição.

e não:

? O que a criança fez foi aprender a lição.

Transitivos indiretos - A ação expressa pelo verbo transi-
ta para outros elementos da oração indiretamente, por meio de
preposição.

Em:

As crianças / obedecem / aos pais.
A O

temos aqui um exemplo que se adequa com a definição de predica-
ção verbal, exposta acima.

Vejamos:

Obedeçam aos pais!

As crianças estão obedecendo aos pais.

O que as crianças fazem é obedecerem aos pais.

O que está acontecendo é que as crianças estão obedecendo
aos pais.

Já em:

Lembrei-/me / da encomenda.
E O

não há esta coerência, uma vez que o verbo lembrar-se não im-
plica numa ação e sim uma experimentação (Veja capítulo II, 2.
3.2).

Tal predicação expressa um acontecimento processual:

O que aconteceu a mim foi que me lembrei da encomenda.

e não:

? O que eu fiz foi lembrar-me da encomenda.

Além de predicacões processuais, encontramos também predicacões de estado:

O carro / pertence / a Maria.

O_e

B

Uma outra afirmação da gramática tradicional que é questionável, é que se pode verificar a transitividade direta do verbo, transformando-o em passivo: o objeto direto se tornará sujeito passivo e o sujeito, agente da passiva, (Vide capítulo I, 1.2.6). O que é verdade para orações como:

O menino / estudou / a lição.

A

O

em que, aplicando-se a transformação passiva, se obtém a seguinte oração:

A lição / foi estudada / pelo menino.

O

A

onde o objeto direto tornou-se sujeito, e o sujeito agente da passiva.

Já em:

O menino / aprendeu / a lição.

E

O

Os pais / amam / os filhos.

E

O

A menina / viu / o avião.

E

O

Todos / ouviram / a explosão.

E

O

Sob o enfoque casual, no entanto, verbos como possuir, v. t. e ter, v.t. (verbos de possessão), embora sejam transitivos, são estáticos, sendo "Maria" um caso benefactivo e "um livro" um objeto estático. Benefactivo de caráter estativo bloqueia a transformação passiva.

No estruturalismo, notamos a ausência de uma bateria de testes que caracterizam o rigor científico.

Chomsky, em seu estudo de transitividade, analisa a categoria V como um símbolo complexo, sendo necessário fornecer regras que determinem se um V é ou não transitivo.

$$V \longrightarrow [+V, +\text{Transitivo}] / \text{--- SN}$$

$$V \longrightarrow [+V, -\text{Transitivo}] / \text{--- \#}$$

O verbo é classificado como transitivo através de regras de subcategorização estrita que toma um objeto / + --- SN, acrescido dos traços seletivos para indicar o tipo de sujeito (SN) e objeto (SN), exigidos pelo verbo.

Para a frase:

"A sinceridade pode assustar o rapaz."

Aplicando-se as duas regras, para analisar assustar, v. t., temos o seguinte:

$$V \longrightarrow [+V, + \text{--- SN}] \text{ subcategorização estrita}$$

$$[+V, + \text{--- SN}] \longrightarrow [+SN \text{--- SN}] \text{ regras seletivas}$$

+ abst. + hum.

As regras seletivas classificam:

o SN a sinceridade = sujeito + abstrato

e o SN o rapaz = objeto + humano.

cos para detectar a estatividade, segundo Lakoff (1966) e Fillmore (1968).

De acordo com estes testes, TER₁, v.t., na oração em foco, é [- imperativo] e [- progressivo]. Senão vejamos:

? Tenha um carro, João!

? João está tendo um carro.

Assim sendo, estabelecemos pela teoria de casos, que TER₁, v.t. é um verbo de estado, ao contrário da gramática tradicional que tende a considerar o verbo TER₁, v.t. como ativo uma vez que trata transitividade como sinônima de agentividade.

Além de seu caráter estático existem predicacões benefactivas que expressam possessão, ganho ou perda e transferência de propriedade.

As predicacões benefactivas podem ser:

de Estado: João tem um conversível.
 B O_e

de Processo: O Flamengo perdeu o jogo.
 B O

de Ação-Processo: Maria deu um conversível para João.
 A O B

A predicacão benefactiva de estado, de acordo com Chafe, indica possessão (posse transitória e posse não-transitória); é pela natureza dos pacientes e não na origem do verbo que o tipo de possessão é determinado.

Posse transitória: João tem os bilhetes.

Posse não-transitória: João tem um carro.

As predicacões benefactivas processuais indicam que algo aconteceu, houve um evento, não uma ação. O beneficiário não faz nada, o que ocorre é que ele ganha ou perde alguma coisa.

João / perdeu / os bilhetes.
 B O

Não há predicacões benefactivas de ação simples.

As predicacões benefactivas de ação processo acumulam a idéia de ação, onde o nome benefactivo faz algo, funcionando então como agente, e a idéia de processo, contendo também um paciente. Expressam transferência de propriedade.

João / deu / um carro / para Maria.
 A O B

Dessa forma, o verbo TER₁, v.t. na oração:

João / tem / um carro.
 B O_e

expressa uma noção de possessão, caracterizando-se, portanto, como verbo benefactivo; além disso, expressa um não-evento, ou seja, um estado. Isto pode ser detectado no cotejo das orações abaixo:

- a) Maria tem uma casa.
- b) Maria ganhou uma casa.
- c) João deu uma casa para Maria.

A primeira difere das duas últimas por expressar um não-acontecimento, pois não passa nos seguintes testes:

? O que aconteceu a Maria foi que ela tem uma casa.

? O que está acontecendo é que Maria está tendo uma casa.

Donde concluímos ser uma predicacão de estado.

Maria / tem / uma casa.
 B O_e

As orações b) e c) diferem da a) por passarem no teste

de acontecimento:

O que aconteceu foi que: Maria ganhou uma casa.

João deu uma casa para Maria.

ou,

O que está acontecendo: é que Maria está ganhando uma casa.

é que João está dando uma casa para Maria.

Embora sendo ambas de acontecimento, a oração b) difere da c). Para b), temos um acontecimento não-agentivo:

O que aconteceu a Maria foi que ela ganhou uma casa.

e não:

? O que Maria fez foi ganhar uma casa.

Tal predicação encerra um acontecimento processual:

Maria / ganhou / uma casa.
B O

Para c), temos um acontecimento agentivo, já que passa no teste de agentividade:

O que João fez foi dar uma casa para Maria.

sendo, assim, uma predicação de ação.

João / deu / uma casa / para Maria.
A O B

Os três verbos, no entanto, são transitivos, porque, conforme estabelecemos, necessitam de um nome que complete a sua predicação. Daí, não são predicações agentivas como c) mas também estáticas como a) e processuais como b) são consideradas transitivas, o que foge à concepção tradicionalista que divide a predicação em nominal e verbal, atribuindo a transitividade

apenas a predicacões verbais.

Dessa forma, temos verbos transitivos:

- a) de estado
- b) de processo
- c) de açãõ.

Temos ainda predicacões tais como: ter₁, v.t., possuir, v.t., que sãõ benefactivas e estãticas as quais parecem criar condições que bloqueiam a transformacão passiva.

A regra da passiva é uma regra sintãtica que inverte a ordem dos sintagmas na frase. Tal regra deveria ser formalizada de acordo com a estabelecida, a seguir, por Dubois-Charlier que usa critêrios sintãticos, e apenas estes, para descrever a transformacão passiva.

Para Dubois-Charlier (1977-216-7), a frase ativa e a frase passiva têm o mesmo material:

SN = o carteiro; SV = V + SN = traz o correio; SP = às dez horas.

A diferença de forma existente entre este material comum e a frase passiva tal como se apresenta na língua, para a frase:

a) O carteiro traz o correio às dez horas.

b) O correio é trazi do pel o carteiro às dez horas.

Para se obter a frase passiva, o material sofreu diversas modificações:

O sintagma nominal o carteiro passa para depois do verbo:

a) O carteiro traz o correio às dez horas.

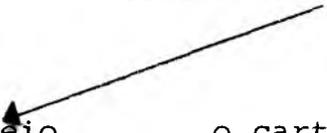
b) o carteiro



O sintagma nominal o correio toma o lugar que assim fica livre antes do verbo:

a) traz o correio às dez horas.

b) O correio o carteiro



ser é acrescentado antes do verbo e a forma traz torna-se traído.

a) traz às dez horas.

b) O correio é trazi do o carteiro às dez horas.



por é acrescentando antes de o carteiro:

b) O correio é trazido por o carteiro às dez horas.

pelo

O sintagma preposicional às dez horas não sofre alteração.

Portanto, há várias operações de deslocamento e de adição. O conjunto destas operações constitui a Transformação Passiva.

De acordo com Barros (1964:92-3), dá-se a transformação da ativa em passiva para a frase:

O rapaz escreveu aquela carta.

onde:

O sujeito é ativo - o rapaz.

O verbo é transitivo - escrever.

aquela carta é o objeto direto.

Se construirmos a frase de modo que o objeto direto aque-
la carta passe a sujeito, então teremos:

Aquela carta foi escrita pelo rapaz.

Já agora, o verbo vem na passiva analítica (foi escrita - auxiliar seguido de particípio do verbo principal).

O agente dessa passiva é regido de preposição: pelo ra-
paz. O sujeito aquela carta é, pois, passivo.

Na transformação de voz ativa à passiva e vice-versa, te-
mos a seguinte correspondência:

O sujeito da ativa passa a agente da passiva;

O objeto direto da ativa passa a sujeito da passiva.

Exemplo:

Voz ativa - Este homem salvou aquela criança.

Sujeito: este homem

Objeto direto: aquela criança.

Voz passiva - Aquela criança foi salva por este homem.

Sujeito: aquela criança

Agente da passiva: este homem.

Para que se possa transformar a construção ativa em pas-
siva, é, pois, indispensável que o verbo seja transitivo dire-
to.

Quando Barros propõe a transformação da oração ativa em
passiva, limita-se apenas a predicacões agentivas, assim desconsi-

derando as predicções de estado e de processo que também se submetem a esta regra.

Bechara (1964:99) define sujeito como agente ou como paciente da ação verbal.

Sujeito como agente da ação verbal: atividade. O predicado pode encerrar uma ação que o sujeito pratica:

maria visitou duas colegas.

o sujeito é, então, o agente da ação verbal.

Sujeito como paciente da ação verbal: passividade. Nem sempre porém, o sujeito pratica a ação; ele pode também recebê-la:

Duas colegas foram visitadas por Maria.

neste caso há passividade, isto é, o sujeito se apresenta como paciente da ação verbal.

Daí, não dever-se confundir sujeito com agente.

Ao definir o agente da passiva, diz ele: chama-se agente da passiva o termo da oração que denota quem praticou a ação sobre o sujeito paciente.

No exemplo:

Duas colegas foram visitadas por Maria.

por Maria, indica o agente da ação; daí chamar-se agente da passiva.

Observando-se os exemplos acima, notamos que o objeto direto da ativa (duas colegas) passou a sujeito da passiva, e o sujeito (Maria) passou a agente da passiva (por Maria).

A gramática casual classifica tanto "Maria" como "por Maria" como agente e "duas colegas" como objeto, da seguinte ma-

neira:

Maria / visitou / duas colegas.
A O

Duas colegas / foram visitadas / por Maria.
O A

Classificação mais coerente, pois as explicações de Bechara, embora sejam coerentes aos exemplos propostos por ele, não dão conta de muitas predicções, como por exemplo:

João / viu / Maria.
E O

João / ouviu / Maria.
E O

João / ama / Maria.
E O.

João / aprendeu / a lição.
E O

Tais predicções são transitivas e admitem a transformação passiva:

Maria / foi vista / por João.
O E

Maria / foi ouvida / por João.
O E

Maria / é amada / por João.
O E

A lição / foi aprendida / por João.
O E

mas "por João" não indica o agente da passiva, uma vez que tais predicções são transitivas mas não ativas; são, sim, processuais. Portanto, nem todos os verbos transitivos são ativos.

Classificaremos "João" ou "por João" nas predicções acima como "Experienciador" e "Maria", "a lição" como "Objeto", tanto na voz ativa como na passiva de acordo com a gramática ca-

alguma coisa, portanto, o beneficiário; e o objeto, a coisa possuída, e não o paciente da ação verbal.

Há, também, predicções classificadas como nominais, cujo sujeito não denota estado ou qualidade, mas sim ação:

João / é gentil com Maria.

de acordo com os testes abaixo:

Seja gentil com Maria, João!

[+ imperativo]

João está sendo gentil com Maria.

[+ progressivo]

O que João fez foi ser gentil com Maria.

[+ agentivo]

e não:

? O que aconteceu a João foi que ele foi gentil com Maria.

[- processual]

E, predicções consideradas como verbais, cujo sujeito não denota ação:

João / ganhou / um carro.
B O

João está ganhando um carro.

e não:

? Ganhe um carro, João!

O que aconteceu a João foi que ele ganhou um carro.

e não:

? O que João fez foi ganhar um carro.

sendo uma predicação de acontecimento processual onde o sujeito é o beneficiário e o objeto o conteúdo do benefício.

Temos ainda predicções que, além de não denotarem ação, não denotam também processo, como em:

Maria / tem / uma casa.
 B O_e

apresentando-se como uma predicação de estado, conforme os testes abaixo:

? Tenha uma casa, Maria!

[- imperativo]

? Maria está tendo uma casa.

[- progressivo]

? O que aconteceu a Maria foi que ela tem uma casa.

[- acontecimento]

? O que Maria fez foi ter uma casa.

[- agentivo]

A não ser que o verbo ter₁, v.t. possa ser causativizado como em:

Tenha uma casa em Blumenau!

A causativização do verbo ter, v.t. verifica-se em predicções benefactivas de estado e processo. Isto se dá, adicionando-se o traço volitividade ou intenção ao verbo benefactivo estático ou processual. Isto significa que as predicções benefactivas de estado são normalmente estativas, mas podem ser usadas causativamente.

As predicacões processuais benefactivas podem também ser usadas agentivamente quando a volição é adicionada ao processo verbal:

O Peru perdeu o jogo para desclassificar o Brasil.

A agentividade de perder, v.t. no exemplo é comprovado em:

O que o Peru fez foi perder o jogo para desclassificar o Brasil.

e não:

? O que aconteceu ao Peru foi que ele perdeu o jogo para desclassificar o Brasil.

(Nicolacópulos, 1981:165-6).

A causativização não se restringe a predicacões benefactivas; pode ocorrer também com predicacões de experimentação, básicas e locativas.

Acabamos de examinar neste capítulo a noção de transitividade e vimos que, contrariamente ao que afirma a gramática tradicional, também existem verbos transitivos não-ativos (de processo e de estado). Vimos também que as definições de tipos de predicado não são adequadas. Além disso, vimos, no primeiro capítulo, que as funções gramaticais são definidas de forma incoerente.

Propomos, assim, uma redefinição da noção de transitividade, das funções gramaticais e da passiva, rigorosamente em termos sintáticos.

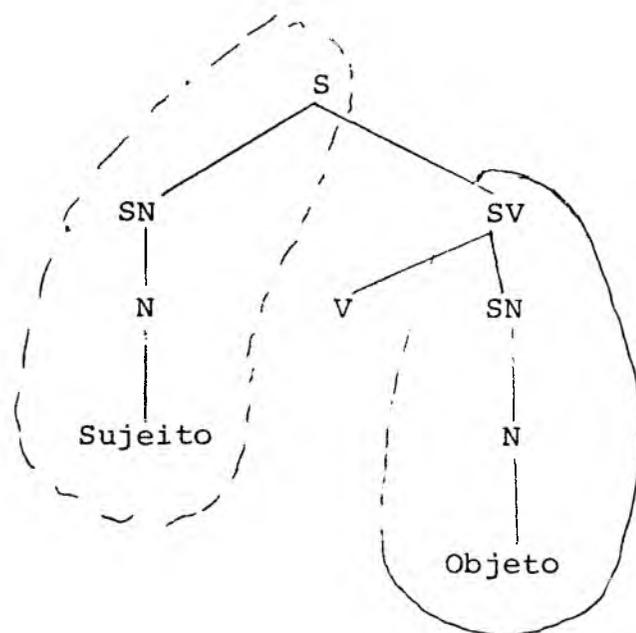
Os verbos transitivos são aqueles que, na estrutura do sintagma verbal, implicam a presença de um sintagma nominal complemento; ou, que todo e qualquer verbo é um verbo transiti-

vo no contexto de um sintagma nominal. $V \longrightarrow [+V, +\text{transitivo}] / \text{--- SN}$.

Da mesma forma, as funções gramaticais sujeito e objeto devem ser definidas estritamente em termos sintáticos.

Sujeito é o sintagma nominal imediatamente dominado por S (sentença).

Objeto é o sintagma nominal imediatamente dominado pelo SV (sintagma verbal).



Quanto ao predicado, a definição pela gramática tradicional é totalmente incoerente. Em termos sintáticos podemos defini-lo assim: Predicado é, numa oração, o sintagma verbal.

No que diz respeito à regra da passiva, devemos formular uma definição sintática.

A construção passiva se caracteriza pela inversão dos papéis sintáticos sujeito-objeto. Para uma construção com um sintagma nominal seguido de verbo transitivo e de sintagma nominal, temos o seguinte:

$$SN_1 + V + SN_2 \longrightarrow SN_2 + \text{ser} + V_{\text{part}} + \text{por}SN_1$$

Embora em casos como:

João tem um carro.

não seja possível dizer:

? Um carro é tido por João.

Há, assim, casos em que a regra não se aplica. Isto, pelo fato de que há problemas de ordem semântica que bloqueiam esta regra sintática. Neste caso, em particular, vimos que a noção de posse e estaticidade, expressas simultaneamente pelo verbo ter₁, v.t., bloqueiam esta regra.

CONCLUSÃO

Estudadas as várias abordagens, concluímos que:

1) a abordagem da gramática tradicional não é adequada porque não é clara no sentido de que mescla critérios (sintático e semântico) para a definição de noções e funções gramaticais, e, não abrangente no sentido de que suas definições não dão conta de muitos aspectos da língua portuguesa;

2) a abordagem da gramática estrutural, embora pareça ser coerente em suas definições, não faz uso de critérios sintáticos na fundamentação de suas definições. Notamos a ausência de uma bateria de testes que caracterizam o rigor científico;

3) a abordagem da gramática gerativo-transformacional, embora seja coerente, não dá conta de diferenças existentes entre verbos (tais como, lavar, v.t., ver, v.t., ter, v.t., conter, v.t.), quando propõe as regras de subcategorização estrita e de seleção para analisar a predicação;

4) a abordagem da gramática casual analisa com mais coerência estes problemas;

5) a noção de transitividade e as funções gramaticais sujeito/objeto são noções sintáticas, e, portanto, devem ser definidas sintaticamente;

6) a transitividade não é sinônimo de agentividade, como sugere a gramática tradicional;

7) a função de sujeito não só se refere (se quisermos fazer uma análise semântica) a agente, mas também a experienciador, benefativo, locativo, objeto;

8) a passiva se relaciona à transitividade, mas não encerra necessariamente a noção de agentividade (se quisermos fazer um paralelo);

9) a transformação passiva pode ser bloqueada por problemas de ordem semântica. Constatamos este fenômeno quando ocorre uma predicação que expresse possessão e estatividade a um só tempo;

10) as predicções de estado e de processo podem ser usadas causativamente.

Implicações

Acreditamos que, por sua clareza e coerência, o estudo realizado, baseado nos conceitos básicos da gramática casual, tem amplas aplicações para estudos lingüísticos do português. Damos dessa forma alguma sugestão de possíveis implicações que o nosso trabalho possa ter:

1) Implicações Pedagógicas

O critério sintático, adotado para as definições de no-

ções sintáticas, elimina a confusão existente na concepção tradicional de transitividade facilitando ao falante a compreensão e a análise das noções de transitividade e predicado e as funções gramaticais sujeito e objeto.

Sugerimos que a classificação apresentada seja ponto de partida de exercícios para aulas de língua portuguesa.

2) Implicações para Pesquisas Futuras

Nosso trabalho não pretende ser único e sim ser o ponto de partida para outras pesquisas:

- Esta análise poderia ser aplicada a muitos outros verbos;
- A classificação do verbo ter restringiu-se a ter₁ v.t. (possessivo) por não ter sido nosso objetivo fazer um estudo polissêmico de ter; outros trabalhos poderiam fazer um estudo polissêmico deste verbo;
- O bloqueio à transformação passiva parece-nos não ocorrer apenas com ter₁, v.t. e com seu sinônimo possuir, v.t., mas também com verbos como: querer, gostar, etc. Dessa forma, sugere-se trabalhos que abordem estes verbos.

Não pretendemos que nosso trabalho seja abrangente e definitivo dadas as limitações inerentes a uma pesquisa dessa natureza. Esta pesquisa está sujeita a críticas e, com certeza, pode ser aperfeiçoada em muitos aspectos. No entanto, temos consciência de que atingimos o objetivo proposto no início deste trabalho, isto é, dar uma contribuição ao estudo da transitividade verbal em português.

Diante disto, consideramo-nos satisfeitos se o presente trabalho contribuir de qualquer forma para aqueles que se decidirem a seguir os caminhos apontados e se, em torno da difícil tarefa de compreender e ensinar a linguagem, tiver trazido alguma luz.

REFERÊNCIA BIBLIOGRÁFICA

- BARROS, Albertina Fortuna & JOTA, Zélio dos Santos. "Verbos".
In: Domine seu idioma. Volume 8. Rio de Janeiro, Ed. Fundo
de Cultura S.A., 1964.
- BECHARA, Evanildo. "Lições de Português pela Análise Sintática".
In: Domine seu idioma. Volume 6. Rio de Janeiro, Ed.
Fundo de Cultura S.A., 1964.
- _____. Lições de português pela análise sintática. 10.ed. Rio
de Janeiro, Ed. Grifo, 1976.
- _____. Moderna gramática portuguesa. 24.ed. São Paulo, Na-
cional, 1979.
- BENVENISTE, Émile. Problemas de lingüística geral. São Paulo,
Companhia Editora Nacional, 1976.
- BIDERMAN, Maria Tereza Camargo. Teoria lingüística - Lingüísti-
ca quantitativa e computacional. Rio, Livros Técnicos e Ci-
entíficos, 1978.

- BORBA, Francisco da Silva. Teoria sintática. São Paulo, EDUSP, 1979.
- CAMARA JR., Joaquim Mattoso. Princípios de lingüística geral. 4.ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1974.
- _____. Dicionário de lingüística e gramática. 9.ed. Petrópolis, Vozes, 1981.
- CHAFE, Wallace L. Significado e estrutura lingüística. Rio, Livros Técnicos e Científicos Editora, 1979.
- CHOMSKY, Noam. Aspectos da teoria da sintaxe. 2.ed. Coimbra, Armênio Amado - Editor, 1978.
- COOK, Walter A.S.J. Five models of case grammar. Georgetown University, 1976.
- CRUSE, D.A. Some thoughts on agentivity. Journal of Linguistics, 9. 1-23, 1973.
- CUNHA, Celso Ferreira da. Gramática de base. 2.ed. Rio de Janeiro, FENAME, 1981.
- DUBOIS-CHARLIER, Françoise. Bases de análise lingüística. Coimbra, Livraria Almedina, 1977.
- DUBOIS, Jean et alii. Dicionário de lingüística. São Paulo, Editora Cultrix.
- DUCROT, Oswald. Estruturalismo e lingüística. 2.ed. São Paulo, Editora Cultrix, 1971.
- _____. Princípios de semântica lingüística. São Paulo, Editora Cultrix, 1977.

- FILLMORE (Modelo 1968), in LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. A semântica na lingüística moderna - o léxico. Rio, Francisco Alves, 1977.
- _____ (Modelo 1971), in COOK, Walter A.S.J. Five models of case grammar. Georgetown University, 1976.
- FILLMORE, Charles, J. "The case for case reopened". In: Syntax and semantics. Vol. 8: Gramatical relations. Edited by Peter Cole and Jenold M. Sadok. New York: Academic Press, 1977.
- LAKOFF, G. "Stative verbs and adjectives in English". In: Mathematical linguistics and automatic translation. Edited by A.G. Oettinger. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1966.
- LEROY, Maurice. As grandes correntes da lingüística moderna. 3.ed. São Paulo, Editora Cultrix, 1971.
- LOBATO, Lúcia Maria Pinheiro. A semântica na lingüística moderna - o léxico. Rio, Francisco Alves, 1977.
- LUFT, Celso Pedro. Gramática resumida. Porto Alegre, Globo, 1976.
- LYONS, John. Introdução à lingüística teórica. São Paulo, Nacional, 1979.
- _____. Novos horizontes em lingüística. São Paulo, Editora Cultrix, 1976.
- MACAMBIRA, José Rebouças. A estrutura morfo-sintática do português. 2.ed. São Paulo, Ed. Pioneira, 1974.
- MELO, Gladstone Chaves de. Gramática fundamental da língua portuguesa. 2.ed. Rio, Livraria Acadêmica, 1970.

- MELO, Gladstone Chaves de. Gramática fundamental da língua portuguesa. 2.ed. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica, 1978.
- NICOLACÓPULOS, Apóstolo Theodoro. A semantic analysis of portuguese predications - An introduction to case grammar. Washington D.C.: Georgetown University.
- PEREIRA OLIVEIRA, Maria Marta Laus. Transitividade verbal: contribuição para uma análise casual. Tese de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1978.
- PONTES, Eunice. Verbos auxiliares em português. Petrópolis, Editora Vozes, 1973.
- POTTIER, Bernard et alii. Estruturas lingüísticas do português. 3.ed. São Paulo/Rio, DIFEL, 1975.
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique da. Gramática normativa da língua portuguesa. 14.ed. Rio, Briguet e Cia Editores, 1969.
- SAID ALI, Manoel. Gramática secundária e gramática histórica da língua portuguesa. 3.ed. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 1964a.
- _____. Gramática histórica da língua portuguesa. 3.ed. São Paulo, Ed. Melhoramentos, 1964b.
- SOUZA, Beatriz Meyer de. Estudo polissêmico do verbo começar - introdução à gramática de casos. Tese de Mestrado, Florianópolis, UFSC, 1985.